

*2008
1290003758*



1290003758

TCC/UNICAMP

M764g

1290003758/IE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

**GÊNERO E DIVERSIDADE DE RENDIMENTOS NO SETOR DE
ATIVIDADES SOCIAIS EM 2006**

IOLANDA CHRISTINE MONTEIRO

CE851 - MONOGRAFIA II

Campinas

2008

**TCC/UNICAMP
M764g
1290003758/IE**

1290003758

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

**GÊNERO E DIVERSIDADE DE RENDIMENTOS NO SETOR DE
ATIVIDADES SOCIAIS EM 2006**

**Trabalho de Monografia II apresentado
como exigência para obtenção do Título
de Graduação à Universidade Estadual de
Campinas (UNICAMP), na área de
Ciências Econômicas, sob orientação da
Profa. Dra. Eugênia Troncoso Leone.**

Leone, Eugênia Troncoso

Iolanda Christine Monteiro

Campinas, Dezembro de 2008.

"Cuando quieres realmente una cosa, todo el Universo
conspira para ayudarte a conseguirla..."

(Paulo Coelho)

Dedico este trabalho a todos aqueles que me ajudaram em todos os momentos durante meus anos de estudo na universidade, sejam através de seus atos, de suas palavras, de seus pensamentos ou de suas orações.

Agradeço pela torcida e pensamentos positivos que fizeram para eu passar no vestibular, o apoio durante as provas e trabalhos na faculdade, as “promessas” para que conseguisse um emprego, até a conquista do meu diploma.

Em especial agradeço a constante presença, apoio, força e dedicação de meus pais Edmundo e Ivone e de meu irmão Welton e minha cunhada Juliana, pessoas fundamentais no meu trilhar ao longo desses anos na faculdade. Foram e são pessoas que sempre me apoiaram em todos os momentos, fossem eles de alegria ou mesmo de tristeza. E ao meu avô João, que já não se encontra mais fisicamente entre nós, obrigada por suas orações e torcida.

A minha irmã Vivian e meu cunhado Alberto e aos meus familiares (tios, tias, primos, primas) que sempre torceram e oraram por mim, agradeço por todos os pensamentos positivos.

As minhas amigas da faculdade: Any, Gi, Mari, Daya, Cláu e Cris, obrigada por dividirem comigo as boas festas da faculdade, as risadas e trapalhadas em vários momentos, as horas sérias de estudos e trabalhos durante muitas tardes e noites de correrias e aprendizados. Agradeço principalmente pela força, paciência e ajuda que compartilhamos em cada momento. Foram bons e serão sempre inesquecíveis momentos.

As minhas queridas amigas: San, Lú, Pri, Bá e Tê, agradeço a adorável e sempre constante amizade de todas as horas e por todo o carinho que sempre tiveram comigo! Obrigada por me apoiarem, incentivarem e estarem ao meu lado nas minhas alegrias e tristezas. Vocês são minhas eternas irmãzinhas!

Aos meus amigos de jornadas e colegas de trabalho, obrigada pelas compreensão das correrias e pelas torcida durante os momentos que compartilhamos juntos.

A Deus, nosso Pai, obrigada pela oportunidade de aprendizado ao longo desses anos...

Agradeço a Universidade Estadual de Campinas e aos professores do Instituto de Economia pelo aprendizado que me proporcionaram ao longo desses anos. As oportunidades de estudo, trabalho e provas, as diferentes experiências como bolsa estágio no núcleo de pesquisa CESIT, bolsa iniciação científica sob orientação da professora Dra. Eugênia Troncoso Leone e outras tantas formas de aprendizado que puderam me proporcionar.

Agradeço também ao professor Dr. Marcelo Weishaupt Proni, que participou como professor convidado da banca examinadora desta monografia. Obrigada por seu tempo e por ter prestigiado a apresentação deste trabalho de conclusão.

Por fim, deixo meu agradecimento especial a minha professora e orientadora Dra. Eugênia Troncoso Leone, da qual me proporcionou a oportunidade de orientação deste trabalho de conclusão de curso. Obrigada por seu tempo dispensado, sua atenção e sua paciência em compreender minhas diferentes dificuldades e necessidades. Deixo aqui meu sincero muito obrigada!

SUMÁRIO

• Índice de Abreviaturas	7 - 8
• Índice de Tabelas	9 - 10
• Resumo e Palavras – Chave	11
• Abstrac and Key – Words	12
• Introdução – UMA BREVE PERSPECTIVA DO MERCADO DE TRABALHO FEMININO	13 – 19
• Capítulo 1 – A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	20
• 1.1) O MERCADO DE TRABALHO FEMININO MUNDIAL	20 - 31
• 1.2) CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FEMININO BRASILEIRO	31 - 39
• Capítulo 2 – ANÁLISE DO SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS	40
• 2.1) O SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS NO BRASIL	40 - 48
• 2.2) O SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS NAS GRANDES REGIÕES DO BRASIL	48 - 55
• Conclusão – PORQUE ESSA DIVERSIDADE?	56 - 58
• Referência Bibliográfica	59 - 62
• Anexos	63
• Anexo I – METODOLOGIA	63 - 64
• Anexo II - NOTAS SOBRE A PNAD	64 - 71
• Anexo III – CONCEITOS E DEFINIÇÕES DA PNAD	71 - 78

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

(POR ORDEM ALFABÉTICA)

Central and Eastern Europe and the Commonwealth of Independent States (CEE)

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

European Commission (EC) ou Comissão Europeia (CE)

Export Processing Zones (EPZs)

Fundação Carlos Chagas (FCC)

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)

Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE)

International Labour Office (ILO)

Ministério da Educação (MEC)

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE)

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)

Pesquisa Mensal de Emprego (PME)

Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)

Pessoas Ocupadas (PO)

População Desocupada (PD)

População Economicamente Ativa (PEA)

População em Idade Ativa (PIA)

Regiões Metropolitanas Brasileiras (RMs)

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Salários Mínimos Hora (S.M.H)

U.S. Department of Labor (DOL)

União Européia (UE)

United Nation Development Fund for Women (UNIFEM)

United States (U.S.) ou Estados Unidos da América (EUA)

ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS

(POR ORDEM DE APRESENTAÇÃO)

GRÁFICO 1 – PERCENTUAL DE MULHERES OCUPADAS, NAS EZPS, EM 2007

GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DE OCUPADOS POR SEXO, NO MUNDO, EM 1997 E 2007

TABELA 1 – PERCENTUAL DE OCUPADOS NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS POR SEXO, NO MUNDO, EM 2006

GRÁFICO 3 – TOTAL DE EMPREGADOS POR SETOR, POR SEXO, NO MUNDO, EM 2007

TABELA 2 - CRESCIMENTO DA OCUPAÇÃO FEMININA, NOS EUA, ENTRE 1997 E 2006

TABELA 3 – REMUNERAÇÃO MÉDIA POR SETOR DE ATIVIDADE, EM PORTUGAL, EM 1991 E 1997

TABELA 4 – PERCENTUAL DE OCUPADOS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO SEXO, NO BRASIL, ENTRE 1992 E 2005

TABELA 5 – INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA, NO BRASIL, ENTRE 1993 E 2005

TABELA 6 – PERCENTUAL DE MULHERES OCUPADAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO ATIVIDADE, NO BRASIL, DE 1992 A 2006

TABELA 7 – PERCENTUAL DE OCUPADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO SEXO E SEGMENTOS DE ATIVIDADE, NO BRASIL, DE 1992 A 2006

TABELA 8 – PERCENTUAL OCUPADOS SEGUNDO SEXO E ESCOLARIDADE, NO BRASIL, EM 1995 E 2005

TABELA 9 – PERCENTUAL DE OCUPADOS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO, SEGUNDO GRUPAMENTO DE ATIVIDADE, NO BRASIL, EM 1997 E 2007

TABELA 10 – PERCENTUAL DE OCUPADOS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO SEXO E GRUPAMENTO DE ATIVIDADE, NO BRASIL, ENTRE 1995 E 2006

TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE E PROPORÇÃO DE MULHERES, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE, NO BRASIL, EM 2006

TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NO SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS SEGUNDO SUB-SETORES, NO BRASIL, EM 2006

TABELA 13 – PERCENTUAL DOS OCUPADOS NO SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS POR SUB-SETORES, SEGUNDO SEXO, POR FAIXA ETÁRIA, BRASIL, 2006

TABELA 14 – PERCENTUAL DOS OCUPADOS NO SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS POR SUB-SETORES, SEGUNDO SEXO, POR ANOS DE ESTUDO, NO BRASIL, EM 2006

TABELA 15 – PERCENTUAL DOS OCUPADOS NO SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS POR SUB-SETORES, SEGUNDO SEXO, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NO BRASIL, EM 2006

TABELA 16 – PERCENTUAL DOS OCUPADOS NO SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS POR SUB-SETORES, SEGUNDO SEXO, POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO, NO BRASIL, EM 2006

TABELA 17 – PERCENTUAL DOS OCUPADOS NO SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS POR SUB-SETORES, SEGUNDO SEXO, POR FAIXAS DE S.M.H, NO BRASIL, EM 2006

TABELA 18 – PERCENTUAL DE OCUPADOS POR SETORES DE ATIVIDADES NAS REGIÕES METROPOLITANAS (RMS) DO BRASIL, EM 2006

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA FEMININA SEGUNDO ANOS DE ESTUDO NOS MESES DE JANEIRO DE 2003 E 2008 (%)

RESUMO

No Brasil e no mundo existe uma grande diversidade de rendimentos do trabalho e isto também se manifesta na comparação entre os rendimentos dos ocupados do sexo masculino e feminino, mesmo naqueles setores de atividade em que as mulheres têm maior participação. Esta monografia se propõe a fazer um breve estudo sobre a diversidade de rendimentos no setor de Atividades Sociais (Educação, Saúde, Assistência e Previdência Social), no ano de 2006, de uma perspectiva de gênero (homens e mulheres), sob a influência de diferentes variáveis do mercado de trabalho (idade do trabalhador, nível educacional, posição na ocupação), de acordo com os microdados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006. O estudo deste setor se fez muito importante por ele apresentar um grande percentual de mulheres ocupadas, quando comparado aos demais setores de atividades. Mesmo com esta forte presença feminina, tal setor ainda se mostra dispare quando comparados os rendimentos recebidos entre homens e mulheres nele ocupados. Ao final deste trabalho, após algumas importantes análises ao longo dos capítulos desta monografia, o que ficou verificado é que são diversas razões que influem nessa diversidade, sendo elas devido a fatores culturais, sociais e econômicos de nossa sociedade que ainda persistem com o passar dos anos. Tais temas foram brevemente explanados neste trabalho de conclusão de curso e comprovaram alguns dos porquês de que ainda persistem os diferentes rendimentos entre homens e mulheres, mesmo em setores onde as mulheres preponderam e mesmo com melhorias no direito de igualdade entre os sexos no mercado de trabalho. Na verdade, tudo se dá por uma somatória de fatores que o leitor poderá acompanhar ao longo das páginas seguintes.

PALAVRAS – CHAVE: Gênero - Diversidade de rendimentos - Atividades Sociais

ABSTRACT

In Brazil and the world is a great diversity of earnings and this also manifests itself in the comparison between the incomes of employed males and females, even in those sectors of activity in which women have greater participation. This paper aims to make a brief study on the diversity of income in the sector of Social Activities (Education, Health, Relief and Welfare), in 2006, from a gender perspective (men and women), under the influence of different variables of the labor market (the worker's age, educational level, occupation position), according to the Search for micro sample of Households (PNAD) of 2006. The study of this sector was very important for him to present a large percentage of women employed, compared to other sectors of activity. Even with this strong female presence, this sector still shows fire when comparing the income received between men and women it occupied. At the end of this work, after some important tests over the chapters in this monograph, which was found several reasons that are affecting this diversity, which are due to cultural factors, social and economic in our society that still persist over the years. These issues were briefly explained in this work of completion of travel and showed some of the whys that still persist between the different income men and women, even in sectors where women preponderam and even with improvements in the law of equality between the sexes in the labor market . In fact, everything happens for a sum of factors that the reader can follow along on the following pages.

KEY – WORDS: Sort - Diversity of incomes - Social Activities

INTRODUÇÃO

UMA BREVE PERSPECTIVA DO MERCADO DE TRABALHO FEMININO

Tudo se iniciou durante as duas Grandes Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945, respectivamente), período em que as mulheres tiveram de assumir uma posição diferente na sociedade, adentrando ao mercado de trabalho, substituindo os homens em suas funções e cargos. O que antes parecia apenas mulheres como provedoras de “afazeres complementares” na economia, tornou-se uma necessidade de complemento mais profunda, devido às mudanças que ocorreram na estrutura e consolidação do sistema capitalista no século XIX. Antes as mulheres apenas substituíam os homens que estavam nos fronts de batalha, sendo que depois passaram a ser mulheres que operavam maquinários fabris. Foi assim que se deu o início de todo o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho (Raquel, 2008).

Começaram então a aparecer algumas leis que passavam a beneficiar as mulheres no mercado de trabalho e na vida social em si, ou seja, verificou-se que as mulheres foram adentrando mais profundamente no mercado de trabalho. Assim foi que, através da evolução dos tempos modernos, as mulheres foram conquistando seu espaço na atividade econômica. Mesmo com todas essas mudanças e conquistas, algumas formas de “exploração”, seja de trabalho ou social, ainda submetem (até os tempos modernos) as mulheres a condições não igualitárias a dos homens, seja nas atividades em que conseguem se inserir, sejam nos cargos que ocupem, sejam nos benefícios que recebam, seja na sua remuneração ou mesmo no tipo de trabalho que exerçam (Raquel, 2008).

Estatísticas apontam que há mais mulheres do que homens em algumas partes do mundo, como no caso brasileiro. Mostram também que elas vêm conseguindo empregos com mais facilidade (conquistando seu espaço no mercado de trabalho) e que seus rendimentos crescem a um ritmo ainda mais acelerado que dos homens. Mesmo assim, com todas essas modificações e evoluções das mulheres no mercado de trabalho, ainda persistem condições desvantajosas quando comparada aos homens que estão inseridos no mesmo mercado de trabalho e

ocupam as mesmas posições ou setores de atividades¹ que elas. O que ainda vemos prevalecer é uma espécie de “depreciação”, onde se verifica principalmente uma desigualdade entre os salários recebidos pelos homens e pelas mulheres (Probst e Ramos, 2005).

Em um estudo mais aprofundado, verifica-se que a partir da década de 1970, ocorreu uma intensificação da participação das mulheres na atividade econômica e este processo continuou durante as décadas de 1980 e 1990. Pouco a pouco as mulheres foram ampliando seu espaço na economia nacional, num fenômeno lento, mas constante e progressivo de mudanças nas estruturas do mercado de trabalho. Em 1973, apenas 30,9% da População Economicamente Ativa (PEA)² do Brasil eram do sexo feminino. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)³, em 1999 elas já representavam 41,4% do total da força de trabalho. Um contingente de aproximadamente 33 milhões de mulheres (Probst e Ramos, 2005).

Entre os anos de 1981 e 2002, observou-se um aumento de 32,9% para 46,6% na taxa de participação⁴ feminina e uma redução de 74,6% para 71,4% na

¹ Os **setores de atividade** aqui estudados englobam Indústria, Indústria de Transformação, Construção, Comércio e Reparação, Alojamento e Alimentação, Transporte, Armazenagem e Comunicação, Administração Pública, Atividades Sociais, Serviços Domésticos, Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais e Outras Atividades de acordo com os principais setores de atividades estudados pela Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006. Essas categorias serão utilizadas no capítulo 2 desta monografia.

² **População Economicamente Ativa (PEA)**: corresponde ao potencial de mão de obra com que pode contar o mercado de trabalho. É a parcela da PIA (população em idade ativa) que está ocupada ou desempregada, ou seja, se encontra em uma situação de trabalho ou tem disponibilidade em trabalhar. **População ocupada** - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias) e **população desocupada** - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.). (www.dieese.org.br)

³ **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD** é uma pesquisa feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em uma amostra de domicílios brasileiros que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas da sociedade, como população, educação, trabalho, rendimento, habitação, previdência social, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição etc., entre outros temas que são incluídos na pesquisa de acordo com as necessidades de informação para o Brasil. A pesquisa é feita em todas as regiões do Brasil, incluindo as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá (excluídas até recentemente). (www.wikipedia.org)

⁴ **Taxa de Participação**: indica a proporção na PIA que está incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada. A taxa de participação específica de determinado segmento populacional (homens, chefes de família, etc.) é a proporção da PIA desse segmento incorporada ao

taxa de participação masculina, ou seja, uma parcela maior de mulheres se incorporou e permaneceu no mercado de trabalho nos últimos anos (Hoffmann e Leone, 2004).

No período mais recente, entre 2002 e 2004, houve um crescimento de 43,3% para 44,3% da participação das mulheres na ocupação não agrícola, percentual que parece pequeno, mas que na verdade representou 58% do aumento total da ocupação não agrícola. A taxa de participação das mulheres aumentou de 46,6% para 48,1%, a taxa de desemprego⁵ permaneceu em 12,8% e a taxa de ocupação aumentou de 40,7% para 41,9%. No caso dos homens, a taxa de participação manteve-se em 71,4%, a taxa de desemprego caiu de 7,8% para 7,3% e a taxa de ocupação passou de 65,8% para 66,1% (Leone, 2006).

Em todo o mundo, para cada 100 homens empregados no mercado de trabalho há quase 67 mulheres consideradas economicamente ativas. De todas as pessoas empregadas, 40% delas são mulheres, e essa realidade não se altera há dez anos. Esses dados fazem parte do relatório “Tendências Mundiais do Emprego das Mulheres”, divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que mostra também o avanço no número de mulheres que têm acesso a empregos considerados dignos (Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC, 2008).

mercado de trabalho como ocupada ou desempregada. Taxa de Participação = $(PEA/PIA) \times 100$ (www.dieese.org.br)

População Idade Ativa (PIA): Compreende as pessoas economicamente ativas e as inativas. Segundo a definição utilizada pelo DIEESE (PED) corresponde à população com 10 anos ou mais de idade. Já, segundo o IBGE (PME), limita-se às pessoas com 15 e mais anos de idade. (www.dieese.org.br)

⁵ **Taxa de Desemprego:** indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego total (aberto mais oculto). A taxa de desemprego específica de determinado segmento populacional (homens, chefes de família, etc.) é a proporção da PEA desse segmento que se encontra na situação de desemprego. Taxa de Desemprego = $(n^\circ \text{ de desempregados}/PEA) \times 100$ (www.dieese.org.br)

Desempregados: são indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são desagregadas em três tipos de desemprego: **a) desemprego aberto:** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias; **b) desemprego oculto pelo trabalho precário:** pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás; **c) desemprego oculto pelo desalento:** pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do

Em números absolutos, a quantidade de mulheres e homens com idade para trabalhar (maiores de 15 anos na maioria dos países) é igual: 2,4 bilhões em cada grupo, de acordo com dados de 2007. Mas desse total, só 1,2 bilhão de mulheres têm emprego (na economia formal e informal), enquanto 1,8 bilhões de homens estão trabalhando. Ou seja, a proporção de mulheres em idade de trabalhar, que têm emprego, é de 49,1%. Para os homens, essa relação é de 74,3%. Em relação a 1997, os números caíram levemente, mas a queda foi maior no caso masculino: o índice era de 49,5% para as mulheres e 75,7% para os homens (INESC, 2008).

O estudo publicado pela OIT revela também que nos países industrializados pode-se atribuir a falta de postos ocupados por trabalhadoras à escolha de algumas mulheres em ainda cuidar apenas do lar. Já nas regiões menos desenvolvidas no mundo, segundo o mesmo relatório, a permanência das mulheres à margem da força de trabalho não é uma escolha, mas sim uma situação “forçada”. No ano passado, a taxa total de mulheres que buscavam emprego foi de 6,4%, enquanto a masculina chegou a 5,7%. Em 1997, os números eram de 6,5% e 5,8%, respectivamente (INESC, 2008).

Mas apesar da maior participação feminina no mercado de trabalho as mulheres concentram-se em poucos setores de atividade. Assim, no início dos anos 1990 a participação das mulheres ocupadas residentes nas regiões metropolitanas brasileiras⁶ concentrava-se nos setores ligados as Atividades Sociais⁷ (22,1%), Prestação de Serviços (19,6%), Comércio (14,9%) e Indústria (10,7%)⁸ (Leone, 2003a). Dados mais recentes, também referentes às regiões metropolitanas, mostram que em 2002 as mulheres continuavam concentradas em Atividades Sociais (20,1%), Comércio e Reparação (18,4%) e Indústria (14,6%), bem como nos Serviços Domésticos (20,8%). Conforme o IBGE, em 2005, para o total do Brasil, as

mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses. (www.dieese.org.br)

⁶ Para as regiões metropolitanas brasileiras considerou-se Nordeste (Salvador, Fortaleza e Recife), Sudeste (Belo Horizonte e Rio de Janeiro), Sul (Curitiba e Rio Grande do Sul) e metrópole de São Paulo, de acordo com a metodologia desenvolvida nesta monografia (vide Anexo I).

⁷ As Atividades Sociais englobam as áreas de Educação, Saúde, Assistência e Previdência Social, de acordo com classificação da PNAD 2006 (vide Anexo II).

⁸ Sobre a classificação mais detalhada dos Setores de Atividade vide ANEXO II – Notas sobre a PNAD, ao final desta monografia.

mulheres correspondiam a 20,2% dos ocupados nos Serviços Domésticos, 19,3% no Comércio e Reparação, 19,2% nas Atividades Sociais e 15,4% na Indústria (IBGE: PNAD 2002/2005).

Mesmo com essa maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, diferenças de rendimentos entre homens e mulheres ainda persistem. De fato, em 1981, o rendimento médio do trabalho da mulher equivalia a 55,7% do rendimento médio do trabalho do homem, em 1991, correspondia a 63% do rendimento masculino e em 2002 essa relação passou a ser de 70,6% (Hoffmann e Leone, 2004).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dois estudos com o balanço dos ganhos e as dificuldades enfrentadas pelas brasileiras ao longo dos anos 90. A renda média das trabalhadoras neste período passou de R\$ 281,00 para R\$ 410,00 (Probst e Ramos, 2005). Em termos de rendimentos em salários mínimos hora, para o ano de 2002, observou-se que 14,2% das mulheres e 9,7% dos homens recebiam menos de um salário mínimo⁹ e 48,6% dos homens e 52,3% das mulheres recebiam entre um a três salários mínimos, ou seja, as mulheres apresentam um maior percentual de trabalhadores que recebem baixos salários quando comparado com os homens (Leone e Baltar, 2006).

⁹ O salário mínimo surgiu no Brasil em meados da década de 30. A Lei nº 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938 regulamentaram a instituição do salário mínimo, e o Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940 fixou os valores do salário mínimo, que passaram a vigorar a partir do mesmo ano. (www.fazenda.gov.br)

TABELA DOS VALORES NOMINAIS DO SALÁRIO MÍNIMO (www.quiatrabalhista.com.br)

VIGÊNCIA	VALOR R\$	NORMA LEGAL
01.03.2008	415,00	Lei 11.709/2008
01.04.2007	380,00	MP 362/2007
01.04.2006	350,00	MP 288/2006
01.05.2005	300,00	Lei 11.164/2005
01.05.2004	260,00	MP 182/2004
01.04.2003	240,00	MP 116/2003
01.04.2002	200,00	MP 35/2002
01.04.2001	180,00	MP 2.142/2001 (atual 2.194-5)
03.04.2000	151,00	Lei 9.971/2000

A diversidade de remunerações ocorre entre todos os níveis de escolaridade¹⁰ dos trabalhadores, sendo que as maiores diversidades encontram-se entre os ocupados que possuem nível superior de ensino (aqueles com mais de 15 anos de estudo) em comparação aos demais ocupados sem nível superior (Leone e Baltar, 2006).

Na comparação entre homens e mulheres, mesmo as mulheres que possuísem maior grau de escolaridade que os homens, seus rendimentos continuavam a ser menores que dos homens. Do total de 10,1 milhões de vagas de trabalho abertas entre os anos de 1989 e 1999, quase sete milhões foram preenchidas por mulheres. Além disso, pesquisas revelaram que quase 30% delas apresentavam em seus currículos mais de dez anos de escolaridade, contra 20% dos profissionais masculinos com mais de dez anos de estudo. Uma pesquisa da Fundação Seade mostrou que, em 1994, cerca de 35% das mulheres contavam com o ensino médio completo (Probst e Ramos, 2005).

Ao final da década, eram 43% do total de mulheres no mercado de trabalho com nível superior completo. Em 2002, o rendimento dos homens com nível superior superava em 47% o rendimento das mulheres também com nível superior (Leone e Baltar, 2006).

Além da escolaridade, a consideração da posição na ocupação¹¹ dos trabalhadores pode ajudar a compreender melhor a diversidade de rendimentos entre gêneros. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), entre 1999 e 2004, houve uma elevação do volume de emprego formal (trabalhadores com carteira assinada), com geração líquida de quase sete milhões de empregos formais no país.

Entre 2002 e 2004, observa-se um crescimento igualmente intenso do emprego formal para os homens e para as mulheres (respectivamente 5,1% e 5,3%

¹⁰ Os **níveis de escolaridade** englobam: fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto, médio completo e superior incompleto, superior completo - de acordo com a metodologia utilizada para elaboração desta monografia. Estas categorias serão utilizadas no capítulo 2 desta monografia.

¹¹ Os tipos de **Posição na Ocupação** englobam: Empregados com Carteira, Empregados sem carteira, Conta Própria e Empregadores - de acordo com a metodologia utilizada para elaboração desta monografia. Estas categorias serão utilizadas no capítulo 2 desta monografia.

ao ano), enquanto o crescimento das ocupações consideradas não formais (trabalhadores sem carteira, conta própria e empregadores) ficou constante para ambos os sexos, mas aumentaram de forma expressiva as mulheres com emprego informal (3,6% ao ano), o que pode ajudar a explicar os menores rendimentos femininos, pois as ocupações informais em geral apresentam piores remunerações que as formais (Santos, 2006 e Leone, 2006).

Sendo assim, pode-se observar que as mulheres acabaram se concentrando em ocupações e setores de atividade considerados menos organizados, formalizados e pior remunerados, fatores que contribuem na diferença dos rendimentos entre os homens e as mulheres (Baltar e Leone, 2006).

A partir do exposto, verificamos uma importante hipótese a ser analisada neste trabalho. *Como é que em setores de atividades onde há forte presença feminina, ainda persiste a desigualdade de rendimentos entre gêneros?*

Aqui cabe então um estudo mais aprofundado do Gênero e Diversidade de Rendimentos no setor de Atividades Sociais, que inclui as atividades de Educação, Saúde, Assistência e Previdência Social (considerados conjuntamente como Serviços Sociais na PNAD 2006), atividade que se insere no contexto acima descrito. Interessa fazer uma comparação entre os gêneros quanto à diversidade de suas remunerações, devido a grande percentagem de mulheres presentes nesta atividade no mercado de trabalho e ao peso que as mulheres deste setor vêm apresentando sobre o mercado formal de trabalhadores, principalmente nas regiões metropolitanas do Brasil. Além disso, esse setor tem um elevado peso na absorção de mulheres com nível superior de escolaridade onde, como já mencionado, ocorrem as maiores disparidades de rendimentos entre homens e mulheres.

Nos capítulos que se seguem, serão feitas análises mais aprofundadas deste setor de atividade. Primeiro veremos uma breve perspectiva das mulheres no mercado de trabalho em geral, no mundo e no Brasil e depois verificaremos o setor de Atividades Sociais em especial.

CAPÍTULO 1 – A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

1.1) O MERCADO DE TRABALHO FEMININO MUNDIAL

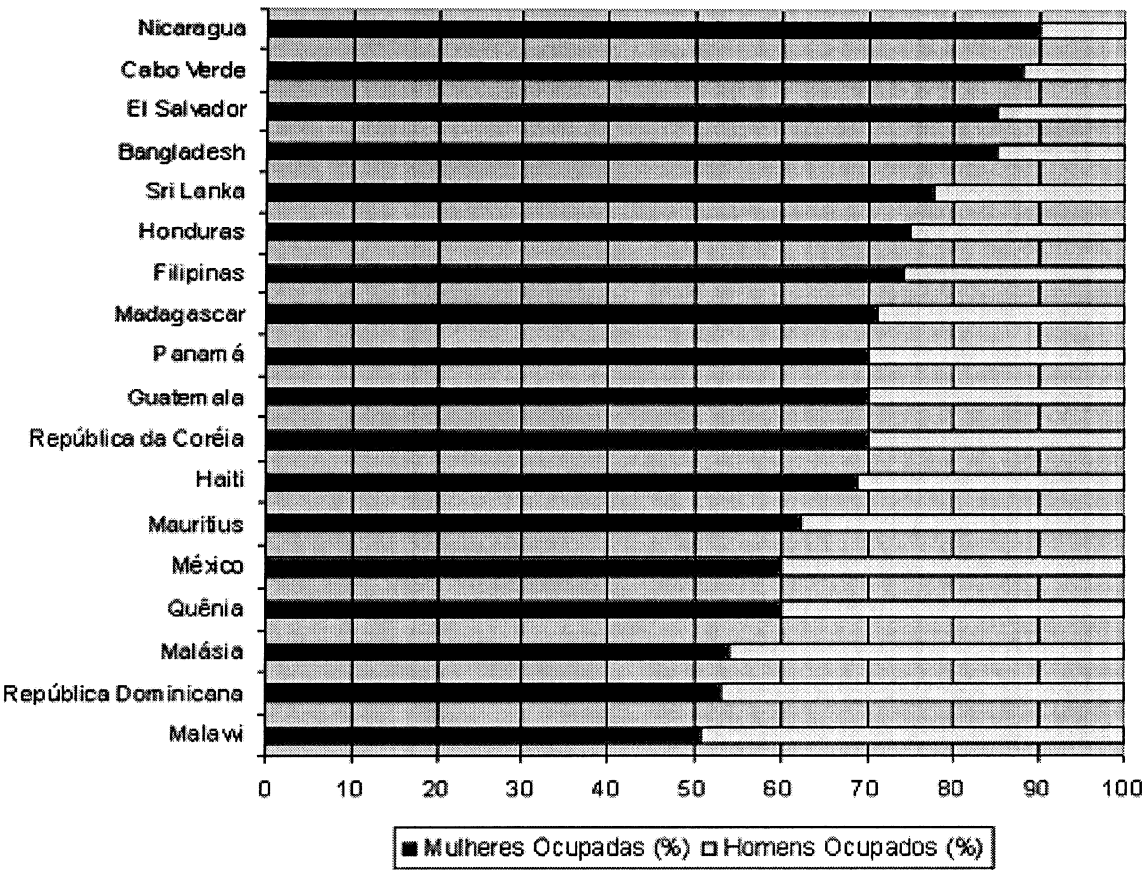
Muito se tem falado sobre as diferenças de salários e condições de trabalho entre homens e mulheres. Mais do que comprovado por pesquisas e estudos, é preciso entender como se passa esse fenômeno. Algumas características desse cenário mostram que o trabalho das mulheres é desvalorizado por causa de suas aptidões serem consideradas “características femininas naturais”, fato atribuído às construções social e cultural ao longo dos tempos. Além disso, algumas ocupações nas quais as mulheres se inserem são sub-remuneradas e as ocupações consideradas “masculinas”, que apresentam uma remuneração superior, têm seu acesso dificultado às mulheres.

Entre os anos de 1976 e 2002 ocorreu um acréscimo de 25 milhões de trabalhadoras no mercado de trabalho, fato que mostra que as mulheres vêm desempenhando um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa (Raquel, 2008).

Um estudo da United Nation Development Fund for Women (UNIFEM) revelou que em algumas das Export Processing Zones (EPZs)¹², por exemplo, há predomínio de mulheres ocupadas quando comparado ao percentual de homens ocupados, como mostra o gráfico 1 abaixo.

¹² As **Export Processing Zones (EPZs)** são uma ou mais zonas especiais de um país onde algumas barreiras comerciais normais, tais como tarifas e quotas são eliminados e às exigências burocráticas são diminuídos na esperança de atrair novos negócios e investimentos estrangeiros.

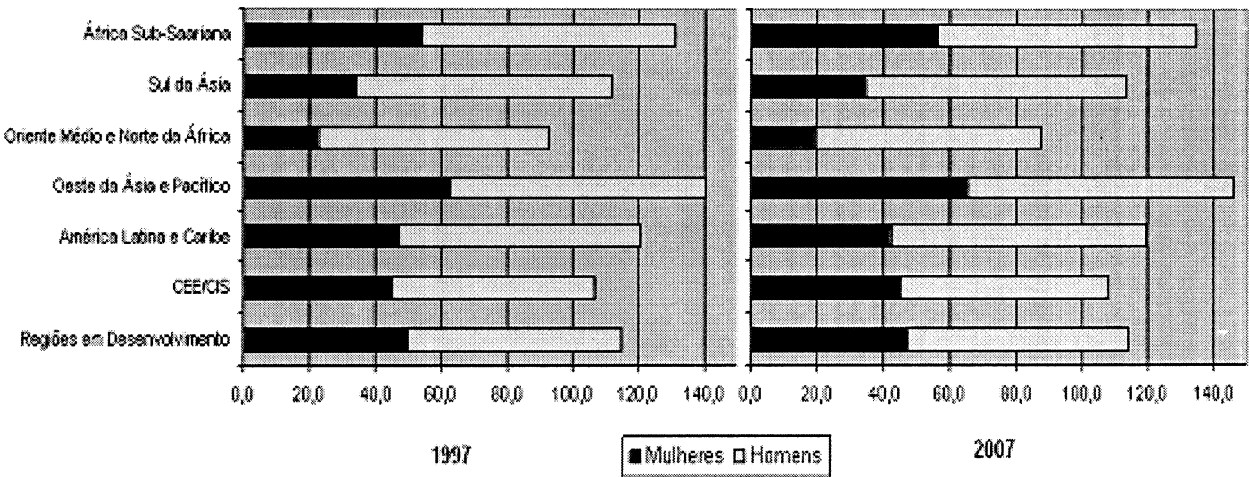
GRÁFICO 1 – PERCENTUAL DE MULHERES OCUPADAS, NAS EZPS, EM 2007



Fonte: United Nations Development Fund for Women (UNIFEM), 2008.

Mesmo assim, em todas as regiões consideradas no estudo da UNIFEM a taxa da população empregada foi observada como significativamente mais alta para os homens que para as mulheres, especialmente nas regiões do Sul da Ásia, Oriente Médio e Norte da África, como mostra o comparativo da evolução das mulheres ocupadas no mercado de trabalho nestas regiões, entre os anos de 1997 e 2007, como ilustrado no gráfico 2 abaixo.

GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DE OCUPADOS POR SEXO, NO MUNDO, EM 1997 E 2007



Fonte: UNIFEM, 2008.

A tabela 1 a seguir retrata o percentual de mulheres e homens adultos, com 15 anos ou mais de idade, ou seja, economicamente ativos, que se encontravam empregados em diferentes setores de atividade, em diferentes países do mundo, no ano de 2006. Os dados foram compilados pelo International Labour Office (ILO) sobre a atividade econômica de adultos, a partir de uma variedade de fontes nacionais, incluindo inquéritos de mão-de-obra por amostragem domiciliares, censos populacionais oficiais e estimativas fornecidas por serviços nacionais de estatística aos questionários e nas publicações da ILO (United Nations Statistics Division, 2005).

O que podemos perceber é que o percentual de mulheres ocupadas é cada vez mais alto nos diversos países. As mulheres estão adentrando mais e mais ao mercado de trabalho. Em alguns países, como na Ásia e no Oriente Médio, o que ainda se verifica é que há pouca presença feminina ocupada, no comparativo a masculina, devido a fatores culturais que ainda preponderam sobre os econômicos. Nas Américas e Europa a elevação participação das mulheres no mercado de trabalho vem se mostrando cada vez mais elevada.

TABELA 1 – PERCENTUAL DE OCUPADOS NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS POR SEXO, NO MUNDO, EM 2006

País	Percentual de adultos (com 15 anos ou + de idade)	
	Mulheres	Homens
Angola	74	92
Argentina	54	76
Australia	56	70
Bolívia	63	84
Brasil	57	79
Canada	61	72
Chile	37	70
China	69	82
Colômbia	62	81
Cuba	44	73
Dinamarca	59	69
Ecuador	61	82
França	48	61
Alemanha	51	65
Islândia	71	82
Índia	34	82
Indonésia	51	85
Irã	40	74
Iraque	20	78
Israel	51	59
Itália	38	61
Japão	48	73
Quênia	70	90
México	40	80
Moçambique	85	83
Nova Zelândia	61	74
Paraguai	65	84
Peru	60	82
Rússia	55	68
Arábia Saudita	18	80
África do Sul	46	79
Espanha	45	67
Tanzânia	86	90
Uganda	80	86
Inglaterra	55	69
Estados Unidos da América	60	73
Venezuela	59	84

Fonte: International Labour Organization (ILO), 2006, do site da United Nations Statistics Division.

Em todo o mundo, foram 1,2 milhões de mulheres que trabalharam em 2007, um aumento de 18,4% em relação ao total de mulheres ocupadas nos últimos dez anos. Entretanto, no mesmo período, houve também aumento no número de mulheres desempregadas: seu percentual foi 6,4%, taxa superior à masculina que foi de 5,7% no total (OIT, 2008).

As últimas décadas têm presenciado um aumento significativo da participação feminina na população economicamente ativa, em quase todos os países no mundo. Mesmo assim, a atividade econômica feminina continua sendo caracterizada pela segregação ocupacional, em setores de baixo status, com remunerações menores que a dos homens, mesmo quando elas exercem a mesma carga horária e têm níveis equivalentes de escolaridade. Além disso, as áreas em que estão se abrindo novas oportunidades para as mulheres são atividades em grande parte caracterizadas como empregos ou postos mais precários e menos qualificados, tendo como marca uma forte presença no mercado informal¹³.

De acordo com dados de uma pesquisa do U.S. Department of Labor (DOL) de 2007, das 120 milhões de mulheres com 16 anos e mais anos de idade nos Estados Unidos da América (EUA), 71 milhões delas, ou 59,3%, participavam da força de trabalho ou procuravam trabalho. Além disso, nos EUA as mulheres estão projetadas para contabilizar 47% da força de trabalho em 2016. Essa mesma pesquisa revelou que o maior percentual de mulheres empregadas (39% delas) trabalhava como gerentes ou em profissões afins e outras 34% trabalhavam na área de vendas ou em ocupações de escritório. Já 20% das mulheres estavam ocupadas na área de serviços; 6% em produção, transporte e deslocamento de materiais; e 1% em recursos naturais, construção e ocupações de manutenção (U.S. Department of Labor – DOL, 2007).

Na análise do mercado de trabalho mundial, encontram-se alguns dados interessantes: de todas as pessoas ocupadas no mundo, 40% destas são mulheres, proporção que se manteve inalterada durante a última década. Além disso, a proporção de mulheres em idade ativa de trabalho foi de 49,1% em 2007, ao passo que para os homens, a relação foi de 74,3%. Na análise dos jovens, a diferença na taxa de desemprego é menos significativa: 12,5% para as mulheres e 12,2% entre os homens. Até dez anos atrás, a agricultura era o principal provedor de empregos para as mulheres, sendo que hoje o setor que mais emprega mão de obra feminina é o setor de serviços (36,1% e 46,3% em 2007, respectivamente) (OIT, 2008).

¹³ Aqui definido como o conjunto de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, mas que também podem englobar os conta-própria, empregadores e trabalhadores domésticos.

Apesar desta realidade, a proporção de mulheres com trabalho remunerado aumentou nos últimos dez anos, passando de 41,8% em 1997 para 46,4% em 2007. O aumento de 200 milhões no total das ocupações femininas e de mulheres que ocupavam uma posição no mercado de trabalho, ao longo desses dez anos, ainda mostra um contingente distante do universo de 1,8 bilhões de homens empregados e ocupados no mesmo período. Todavia, a taxa de mulheres que trabalham em empregos considerados “vulneráveis” continua maior que a dos homens, sendo que o acesso ao mercado de trabalho para as mulheres, mais especificamente a empregos “decentes”¹⁴, é um fator dito essencial para lograr maior igualdade entre os gêneros, no quesito remuneração. Mesmo com o incremento no nível de educação das mulheres trabalhadoras em todo o mundo, elas continuam atuando, de modo geral, em setores menos produtivos da economia¹⁵ e continuam a ser parte do grupo mais exposto a riscos e com menor oportunidade de cumprimento dos requisitos de trabalho decente. Como consequência do tipo de trabalho disponível para as mulheres, elas freqüentemente apresentam remunerações mais baixas que os homens (OIT, 2008).

No Brasil, uma pesquisa divulgada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), de São Paulo, indicou que, apesar de serem maioria no mercado de trabalho, as mulheres ainda levam desvantagem na disputa por uma vaga no quesito “desemprego”. Porém, uma das novidades apontadas na evolução do mercado de trabalho feminino na última década foi que, pela primeira vez, o setor de serviços superou o da agricultura como principal gerador de oportunidades para as mulheres. Em 2007, 36,1% das mulheres trabalhavam em atividades no campo e outras 46,3% se ocupavam no segmento de serviços. No comparativo com os homens, a proporção foi de 34% na agricultura e 40,4% no segundo seguimento. Há no mundo, segundo dados da pesquisa recentemente realizada pela OIT, pelo menos 70 mulheres economicamente ativas para cada 100 homens (OIT, 2008).

Acompanhando a tendência mundial, na América Latina e no Caribe, as mulheres mostraram estar presentes em sua maioria no segmento de serviço, sendo

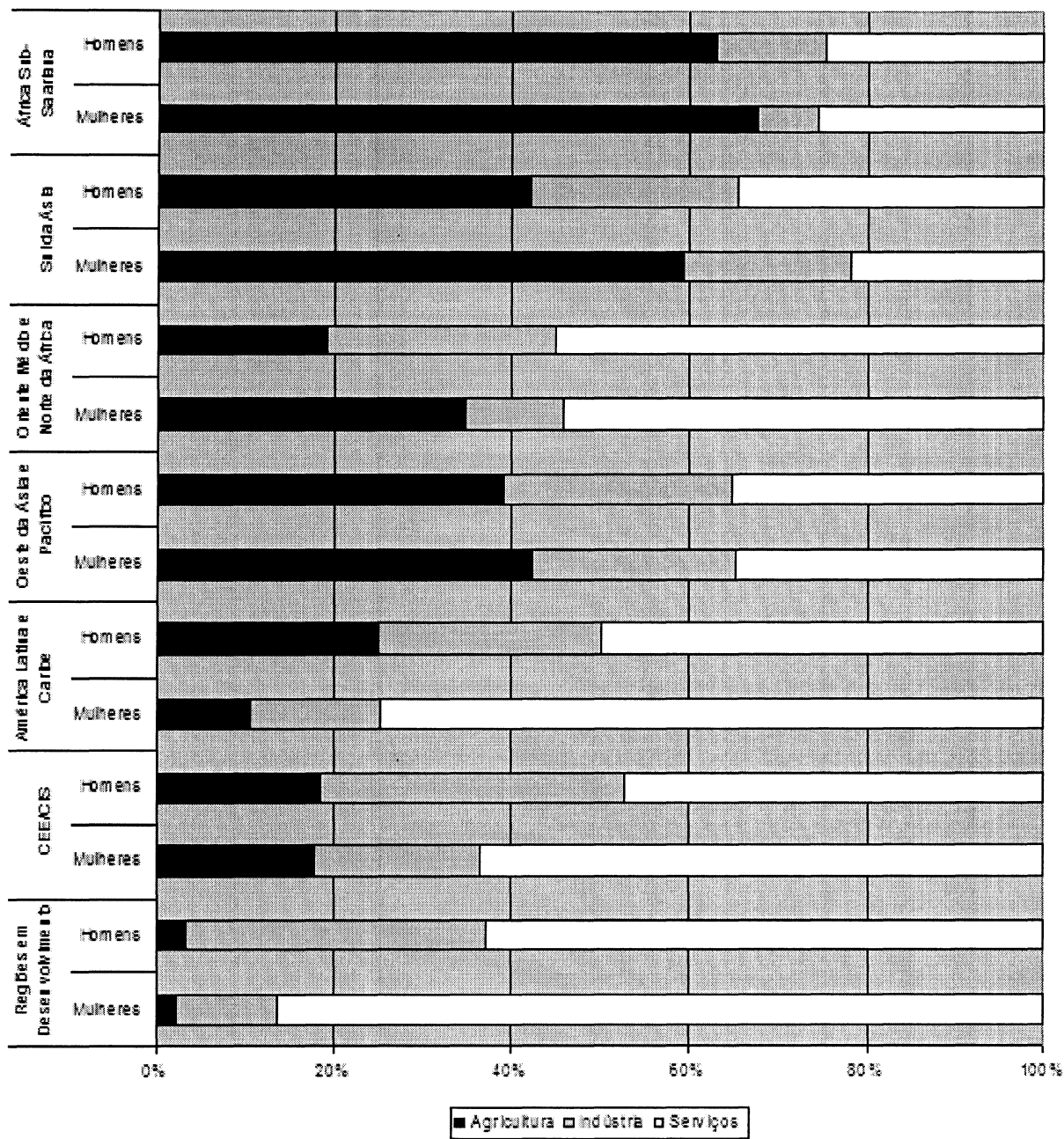
¹⁴ Aqui entenderemos por trabalho decente aquele em que as mulheres se encontram em condições igualitárias as dos homens, seja nos cargos em que ocupem, sejam no rendimento que recebam.

¹⁵ Podemos considerar como setores ligados às atividades de Serviços e atividades complementares, como atividades Domésticas.

que 74,8% delas atuam nesta atividade, enquanto 48,2% dos homens marcam sua presença neste setor. Este indicativo, segundo dados da OIT, ajuda a explicar a elevação do emprego dito “vulnerável” entre as mulheres. De acordo com este mesmo estudo, é no setor de serviços que predomina a informalidade do trabalho feminino (OIT, 2008).

Na maioria das regiões o emprego feminino está concentrado nos serviços ou na agricultura, com menos mulheres do que homens empregados na indústria (varia de 7 a 23% em todas as regiões, em comparação com 12 a 34% para os homens o total de mulheres empregadas no setor industrial). A única região em que homens e mulheres têm padrões semelhantes de emprego por setor é no Leste da Ásia e Pacífico, como mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 3 – TOTAL DE EMPREGADOS POR SETOR, POR SEXO, NO MUNDO, EM 2007



Fonte: UNIFEM, 2008.

*CEE: Central and Eastern Europe and the Commonwealth of Independent States.

Na mesma pesquisa divulgada pelo Departamento do Trabalho dos EUA (DOL), em 2007, algumas profissões foram dominadas pelas mulheres, mostrando um crescimento da ocupação feminina em diversos setores, entre os anos de 1997 e 2006, como mostra a tabela 2 a seguir:

TABELA 2 - CRESCIMENTO DA OCUPAÇÃO FEMININA, NOS EUA, ENTRE 1997 E 2006

Ocupação	%
Secretárias e assistentes Administrativas	96.7
Babás ou Child Care Workers	94.6
Cabeleireiras, Estilistas e Dermatologistas	92.9
Enfermeiras	91.7
Professora assistente	91.5
Médica assistente e outros suportes médicos	90.6
Auditing Clerks	90.3
Empregadas domésticas e serviços de limpeza	89.2
Home Health Aides	88.3
Professoras de ensino fundamental e médio	80.9
Empregadas em escritórios	85.3
Trabalhadoras de bancos	75.6
Supervisoras, Gerentes e Suporte Administrativo	73.4
Customers Service Representatives	68.5
Auditoria e Contabilidade	61.8

Fonte: Department of Labor (DOL), 2007.

As áreas ligadas aos serviços, como secretariado, babás, cabeleireiras, enfermeiras, professoras e empregadas domésticas apresentaram uma elevação de igual ou maior a 90% no total de mulheres ocupadas. Entre estas atividades, verificou-se uma forte elevação da ocupação feminina no setor de Atividades Sociais: através das atividades de enfermeiras e médicas assistentes (saúde) e de professoras assistentes e de ensino médio e fundamental (educação). Assim observa-se que as mulheres têm uma importante participação neste setor de atividade não só no Brasil, mas em outras partes do mundo, como nos EUA.

Na Europa as mulheres continuam a conduzir o crescimento do emprego, mas continuam desfavorecidas no mercado de trabalho em relação aos homens. Esta é também a conclusão de um relatório da Comissão Europeia. Apesar dos maiores níveis de habilitações, as mulheres empregadas continuam a receber menos e menos que os homens. O relatório da Comissão destaca que a evolução quantitativa das mulheres no mercado de trabalho ainda não foi compensada em termos qualitativos. Por um lado, mais de 7,5 dos 12 milhões de novos empregos criados na União Europeia (UE) desde 2000 foram ocupados por mulheres. A taxa de emprego encontra-se em 57,2%, ou 3,5 pontos acima do seu nível em 2000, um ponto menos do que um aumento na taxa de emprego dos homens no mesmo período. Do mesmo modo, a subida da taxa de emprego das mulheres, ao longo dos últimos 55 anos, foi significativamente mais rápida do que a dos homens, e agora está em 34,8%, ou seja, um aumento de 7,4 pontos em comparação com 2000. Em média, na União

Européia, 55% das mulheres têm um emprego (72% na Suécia, cerca de 41% em Itália e na Espanha, 31% em Malta). Por outro lado, vários aspectos da qualidade do trabalho das mulheres são problemáticos. Apesar do fato de que as mulheres representam 59% dos diplomas universitários e terem uma melhor formação escolar, a sua taxa de emprego continua inferior a dos homens (até 14,4 pontos) e elas continuam a ganhar em média 15% menos que os homens por cada hora de trabalho (European Commission – EC, 2008).

O relatório salienta que mais esforços precisam ser feitos para criar mais e melhores empregos. A criação de mais postos de trabalho devem andar de mãos dadas com uma melhora na qualidade. Empregos de qualidade atraem os trabalhadores e permitem-lhes explorar plenamente seu potencial produtivo e contribuir para a melhoria da qualidade de vida na sociedade como um todo. A igualdade entre homens e mulheres é uma componente essencial da qualidade do trabalho, diz o relatório. Além disso, “se livrar dos estereótipos”, ou seja, alguns tradicionalismos que viraram uma espécie de convenção na sociedade, é essencial para promover a igualdade entre mulheres e homens, pois continuam a influenciar a escolha da educação, de formação ou de emprego, a participação em tarefas domésticas e familiares, e a representação na tomada de decisão de postos de trabalho (European Commission – EC, 2008).

Nas últimas décadas o que se têm presenciado é um aumento significativo da participação feminina na população economicamente ativa, em quase todos os países no mundo. Porém, esta tendência ocorre de maneira concomitante com transformações profundas na oferta e no conteúdo do trabalho. Alguns especialistas enxergam estas mudanças produtivas e econômicas com otimismo no que diz respeito às possibilidades de reverter às desigualdades enfrentadas pela mulher no mercado de trabalho. O aumento da participação das mulheres na força de trabalho não tem sido acompanhada pela igualdade com trabalhadores masculinos (Posthuma e Lombardi, 2001).

Extensos estudos internacionais mostram que o trabalho feminino é caracterizado por vários tipos de exclusão, tais como trabalho em condições precárias (trabalhos em tempo não integral ou em parte do tempo apenas e no setor informal), menor remuneração por hora trabalhada (mesmo com nível equivalente de

escolaridade ao dos homens) e baixa mobilidade ocupacional. A atividade econômica feminina continua sendo caracterizada pela segregação ocupacional, em setores de baixo status, com remuneração menor que a dos homens, mesmo quando elas exercem a mesma carga horária e têm níveis equivalentes de escolaridade. Nota-se uma diferença entre a natureza de participação dos homens e das mulheres na maioria das regiões do mundo: a taxa feminina da força de trabalho aumentou tanto durante períodos de prosperidade como nos de recessão, enquanto a participação masculina tem decrescido (Posthuma e Lombardi, 2001).

Em 1992, por exemplo, as mulheres correspondiam a quase a metade de todos os trabalhadores do setor de serviços, a cerca de um terço dos trabalhadores da indústria e a 15% dos empregados por conta própria nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além disso, o setor informal urbano tradicional (composto por trabalhadores por conta própria não-profissionais, familiares não remunerados e serviços domésticos) apresentava um alto dinamismo, absorvendo 45% dos empregos urbanos criados durante os anos 80. Considerando os salários médios mensais pagos na indústria de transformação, verificava-se que nos países com menor desigualdade salarial (incluindo a França, a Alemanha, a Suécia e a Inglaterra) as mulheres ganhavam, nos anos 90, entre 70% e 92% do rendimento dos homens. No extremo oposto (maior desigualdade) situava-se o Japão, onde as mulheres ganhavam em 1989, entre 40% e 50% da remuneração oferecida aos homens, variando conforme o ramo industrial, o que deixa confirmado um outro forte impacto, em termos de desigualdade, quando se leva em consideração a segmentação da força de trabalho entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e a concentração das trabalhadoras neste último (Posthuma e Lombardi, 2001).

No ano 2000, foi lançado um informativo do Instituto Nacional de Estatística de Portugal sobre o mercado de trabalho, onde foram revelados que o setor de Restaurantes e Hotéis eram, em 1997, o setor da economia onde as remunerações médias mensais base apresentavam o nível mais baixo em Portugal, cerca de 74% da média do conjunto dos setores. Os setores da Construção e Obras Públicas e da Indústria de Transformação surgiam logo a seguir, atingindo as suas remunerações base, respectivamente, 85,8% e 89,3% da média. Em contrapartida, as Atividades Financeiras eram o setor com as remunerações base mais elevadas, cerca de

176,7% da média, enquanto as remunerações do Comércio se situavam próximas da média, com um nível de 100,8%. Nos setores ligados as Atividades Sociais, as remunerações cresceram de 95,8 para 106% na média (Instituto Nacional de Estatística de Portugal – INE, 2000).

TABELA 3 – REMUNERAÇÃO MÉDIA POR SETOR DE ATIVIDADE, EM PORTUGAL, EM 1991 E 1997

Setor de Atividade*	1991	1997
Indústria de Transformação	89,8	89,3
Construção e Obras Públicas	88,1	85,8
Comércio	105,1	100,8
Restaurantes e Hotéis	78,1	74,0
Transportes, Armazéns e Comunicação	128,6	130,6
Atividades Financeiras	165,0	176,7
Atividades Imobiliárias	125,8	117,8
Educação, Saúde, Ativ. Sociais, Serv. Sociais e Pessoais	95,8	106,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE), 2000.

* Exclui Agricultura, Silvicultura e Pesca, Administração Pública e Empregados Domésticos.

Sendo assim, ao que pudemos verificar, grande percentual das mulheres ocupadas no mundo encontram-se ligadas a área de serviços, como atividades de Educação e Saúde, com elevado grau de escolaridade e em um mercado formalizado, ou seja, com carteira assinada. Mesmo assim, em comparativo aos homens, elas ainda recebem remunerações menores. E no Brasil, como se daria este comparativo? A seguir, o que veremos é uma breve retratação do mercado de trabalho feminino no Brasil, da mesma maneira como vimos no mundo.

1.2) CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FEMININO BRASILEIRO

Nos últimos cinquenta anos um dos fatos mais marcantes ocorridos na sociedade brasileira foi à inserção crescente das mulheres na força de trabalho. Este contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Uma espécie de luta pelo desenvolvimento social, cultural e político no Brasil, ao longo dos anos, fez com que as mulheres viessem conquistando o seu espaço no mercado de trabalho, mesmo que de forma lenta, mas como uma conquista significativa (Teixeira, 2005).

Dados da PNAD mostraram que nos anos de 1973, apenas 30,9% da PEA do

Brasil eram do sexo feminino, em 1999 elas eram 41,4% do total da força de trabalho, aproximadamente 33 milhões de mulheres inseridas na economia (Probst e Ramos, 2005 e Raquel, 2008). Quatro anos depois, mais 62 mil mulheres ingressaram pela primeira vez no mercado aumentando sua participação em 1,1% no total (Raquel, 2008).

Em uma pesquisa realizada pelo IBGE em 1995, sobre o "Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil", foi observado que ao longo de 20 anos ocorreu um acréscimo na participação das mulheres no mercado de trabalho, sendo que as mulheres deixaram de ser apenas uma parte da família e passaram a se tornar a comandante, líder de família, fato que foi verificado durante o seu ingresso no mercado de trabalho (Raquel, 2008).

TABELA 4 – PERCENTUAL DE OCUPADOS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO SEXO, NO BRASIL, ENTRE 1992 E 2005

	Mulheres	Homens	Total
1992	43,4	72,4	57,5
1993	43,5	71,9	57,3
1994	44,6	71,3	57,6
1995	41,9	69,0	55,1
1996	42,5	69,2	55,4
1997	42,0	68,3	54,8
1998	43,0	67,9	55,1
1999	43,1	67,4	54,8
2000	44,4	67,8	55,7
2001	44,4	67,2	55,4
2002	45,5	67,9	56,3
2003	46,4	68,1	56,8
2004	46,8	68,0	57,0
2005	46,7	67,8	56,9

Fonte: IBGE, PNAD 1992/2005.

Entre os anos de 1999 e 2006 verificou-se uma importante e generalizada queda no desemprego, que revelaria uma melhoria nas condições de inserção ocupacional das mulheres no mercado de trabalho. Quando se observa a remuneração percebida, torna-se comum afirmar que as trabalhadoras recebem menos do que os homens porque se inserem profissionalmente em ocupações de menor qualificação, produtividade e prestígio social. Essa inserção setorial das mulheres remete-se à dinâmica ocupacional do segmento dos serviços, no qual se

encontram atividades ligadas à área da saúde, educação, assistência e previdência social (OIT, 2008).

Outro setor em que se observa o mesmo perfil é aquele ligado aos serviços pessoais, como cabeleireiras, manicures. Mas o contingente feminino mais importante se encontra concentrado nos serviços domésticos remunerados, sendo esta a primeira ocupação das mulheres brasileiras. Entre as mulheres ocupadas que receberam menos de um salário mínimo em 2006, a maioria se concentra em inserções como diarista no emprego doméstico, como trabalhadora por conta própria e assalariadas contratadas à margem da modalidade padrão (OIT, 2008).

O diferencial de rendimentos entre os homens e as mulheres persiste e continua significativo, apesar do crescimento e da consolidação da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro (Hoffmann e Leone, 2004). Essas diferenças de rendimentos podem estar associadas a atributos pessoais dos indivíduos como sexo, idade e grau de escolaridade, ou a características do próprio mercado de trabalho, como posição na ocupação, setor de atividade, região geográfica, entre outros fatores (Baltar, 2003).

Para que se entenda a persistência dessas diferenças de rendimentos, são necessárias algumas considerações sobre os contextos econômicos das últimas décadas, levando em consideração a questão do gênero na distribuição dos rendimentos, de acordo com fatores como os setores de atividade, o nível de escolaridade e a posição na ocupação dos trabalhadores. A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho é uma das características mais marcante da dinâmica do emprego no século XX. No Brasil, a taxa de participação feminina saltou de 55,8%, em 1995, para 63,7% em 2006, o que representou um incremento de mais de 17 milhões de mulheres no mercado de trabalho (Pereira e Monte, 2008).

No Brasil, no período de 1940 -1990, a força de trabalho feminina passou de 2,8 milhões para 22,8 milhões de pessoas, aumentando sua participação na população ativa de 19% para 35,5%. Em 1940, quase a metade (48%) da população ativa feminina estava concentrada no setor primário da economia. Na década de 1990, período de intensa abertura econômica, baixos investimentos e terceirização da economia, pode-se dizer que o mercado de trabalho feminino se expandiu devido

ao dinamismo do setor terciário, que possibilitou as mulheres ocuparem atividades ligadas aos serviços sociais, serviços pessoais, de apoio administrativo e comércio de mercadorias (Leone, 1999). Em 1990, mais de dois terços (74%) da população ativa feminina estava concentrada no setor terciário, principalmente em algumas atividades, como serviços comunitários, serviços de educação, serviços de saúde e serviços domésticos.

TABELA 5 – INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA, NO BRASIL, ENTRE 1993 E 2005

Mulheres							
PEA				Ocupados		Empregados	
ANOS	(Milhões)	Taxa de Atividade	% de mulheres na PEA	(Milhões)	% de mulheres entre os ocupados	(Milhões)	% de mulheres entre os empregados
1993	28,0	47,0	39,6	25,9	39,0	11,1	31,8
2005	41,7	53,0	43,5	36,6	42,1	17,5	36,6

Homens							
PEA				Ocupados		Empregados	
ANOS	(Milhões)	Taxa de Atividade	% de homens na PEA	(Milhões)	% de homens entre os ocupados	(Milhões)	% de homens entre os empregados
1993	42,8	76,0	60,4	40,5	61,0	23,8	68,2
2005	54,2	74,0	56,5	50,4	57,9	30,4	63,4

Fonte: Bruschini, 2007.

A PEA feminina passou de 28 para 41,7 milhões, com uma taxa de atividade que aumentou de 47% para 53% e uma porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadores que passou de 39,6% para 43,5%. Isto significa que mais da metade da população feminina em idade ativa trabalhou ou procurou trabalho em 2005 e que mais de 40 em cada 100 trabalhadores eram do sexo feminino, na mesma data. Apesar do considerável avanço, as mulheres ainda estão longe de atingir, seja as taxas masculinas de atividade, superiores a 70%, seja o número de ocupados ou de empregados, nessa data, como se pode constatar pela tabela acima (Bruschini, 2007).

Mas algumas desvantagens vêm sendo apresentadas a essas mulheres em comparação aos homens, desvantagens na forma de rendimentos mais baixos, concentração em algumas ocupações consideradas econômica e socialmente desvalorizadas, menor formalização do emprego, além de uma taxa maior de desemprego, direitos previdenciários escassos, dificuldade de ascensão aos cargos

de chefia e maiores exigências de escolaridade em ocupações de melhor qualidade. Mesmo mulheres que apresentam grau de escolaridade superior ao dos homens, costumam se concentrar nas ocupações consideradas desvalorizadas, como enfermeiras, professoras de 1º grau, etc. A concentração feminina em ocupações deste tipo pode ser importante na explicação do diferencial de rendimentos que ainda persiste quando se leva em consideração a questão do gênero na comparação dos rendimentos entre os trabalhadores (Leone e Baltar, 2005).

Ao final dos anos 90, com a mudança do regime cambial e desvalorização do real em 1999, ocorreu uma desaceleração no ritmo da atividade econômica, além de uma redução do poder de compra da população, o que tornou ainda mais desfavorável à situação do mercado de trabalho para ambos os sexos, mas principalmente para as mulheres (Baltar, Krein, Moretto, 2006; Pochmann, 2006).

A partir de 2000 este quadro se modificou, pois ocorreu uma recuperação da economia e do nível geral de emprego, com uma modesta redução da taxa de desemprego e crescimento no emprego formal, o que reverteu à tendência observada nos anos 90. Entre 2002 e 2004, verificou-se um crescimento da ocupação não agrícola, em média, de 2,9% ao ano (Baltar, Krein, Moretto, 2006; Pochmann, 2006).

Para os anos de 2002 e 2005, o crescimento da população não agrícola foi de 3,2% ao ano e deveu-se principalmente a continuidade do crescimento da participação feminina no mercado de trabalho: cresceu em 54,2% o número de mulheres ocupadas nas atividades não agrícolas, valor que superou de forma expressiva o aumento do número de homens nessas atividades. A maioria das mulheres mostra-se distribuída em setores ligados ao Serviço Doméstico Remunerado; Educação, Saúde e Serviços Sociais; Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais (limpeza urbana e esgoto, associações, entidades religiosas, recreação, cultura, esporte, serviços pessoais como lavanderia, cabeleireiro e ginástica) e Alojamento e Alimentação (Leone e Baltar, 2006a).

No Brasil, em 2007, ficou mais constatada a importância da mulher na economia, fato que pode ser mensurado pela sua crescente participação no mercado de trabalho. Segundo o IBGE, as brasileiras representam 45% da PEA.

Isso representa um montante de 41.741.144 de trabalhadoras, contra 54.290.827 homens na força de trabalho nacional (CUT, 2007).

TABELA 6 – PERCENTUAL DE MULHERES OCUPADAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO ATIVIDADE, NO BRASIL, DE 1992 A 2006

	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e reparação	Serviços	Atividades mal definidas ou não declaradas	Total
1992	33,7	33,5	2,9	30,7	55,5	17,5	38,8
1993	34,1	34,1	3,6	31,7	55,4	7,8	39
1995	34,3	34	2,4	32,9	56	9,2	39,9
1996	31,6	34,1	2,4	32,6	55,9	18,1	39,3
1997	32,7	34,3	2,1	33,4	55,4	7,9	39,5
1998	32,4	34	3,9	33,9	55,4	14,2	39,5
1999	33,7	34,9	3,8	34,1	55,9	9,4	40,3
2001	31,6	36	2,7	35,9	56,1	13,6	40,7
2002	33,1	36,5	2,6	37	56,3	11,2	41,3
2003	32,2	36,8	2,3	37,2	56,5	11,6	41,5
2004	32	35,8	2,5	38	56,9	9,1	41,9
2005	33	36,5	2,3	38,3	57,1	7,9	42,2
2006	33	36,1	3	38,8	57,2	9	42,6

Fonte: IBGE - "Estatísticas da PNAD 2006".

Nota: exclusive pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A maior formalização do emprego, que ocorreu nos anos 2000, foi incentivada pelo melhor posicionamento do Estado com relação ao cumprimento das leis do trabalho (Baltar, Krein e Moretto, 2006).

O crescimento do emprego formal mostrou-se igualmente intenso para os homens e as mulheres, ocorrendo também um crescimento expressivo do número de mulheres nas ocupações não formais. De acordo com os diferentes setores de atividade, o emprego formal masculino e feminino cresceu na Indústria de Transformação, no Comércio e Reparação, na Administração Pública, nos Serviços Pessoais, entre outros. Dentre os setores em que as mulheres apresentaram uma maior participação no emprego formal, destaque para o setor de Atividades Sociais (Leone, 2006).

Assim, do aumento do número de mulheres nas atividades não agrícolas, 52,7% correspondeu à ampliação do emprego formal, enquanto no caso dos homens essa proporção foi bem maior, com 82,7% de representação. A contribuição das mulheres para o aumento do emprego formal foi de 43,0% e de 76,4% no não formal (Leone e Baltar, 2006a).

TABELA 7 – PERCENTUAL DE OCUPADOS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO SEXO E SEGMENTOS DE ATIVIDADE, NO BRASIL, DE 1992 A 2006

	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
	Agricultura		Indústria		Construção		Comércio e reparação		Serviços		Atividades mal definidas ou não declaradas	
1992	28,4	30,7	15,5	16,8	6,4	10,2	14,6	16,6	34,7	25,2	0,3	0,5
1993	27,5	29,7	15,5	16,8	6,7	10,6	15,2	17,1	34,8	25,5	0,3	0,4
1995	26,1	28,6	14,8	16,3	6,4	10,3	15,7	17,5	36,7	26,9	0,3	0,4
1996	24,5	27,6	14,8	16,1	6,7	10,7	16,2	18,0	37,5	27,3	0,3	0,4
1997	24,4	27,1	14,6	15,8	6,9	11,2	15,9	17,5	37,9	27,9	0,3	0,4
1998	23,6	26,4	14,1	15,4	7,4	11,8	16,0	17,5	38,4	28,3	0,4	0,5
1999	24,4	27,1	13,8	15,0	7,0	11,3	16,1	17,8	38,3	28,3	0,3	0,5
2001	20,9	24,1	14,5	15,9	6,9	11,3	17,0	18,4	40,5	30,0	0,3	0,4
2002	20,6	23,5	14,2	15,7	7,1	11,8	17,2	18,4	40,6	30,2	0,3	0,4
2003	20,7	23,9	14,4	15,8	6,5	10,9	17,7	1,0	40,5	30,1	0,2	0,4
2004	19,9	23,3	14,8	16,4	6,4	10,7	17,6	18,7	41,0	30,4	0,3	0,4
2005	19,7	22,9	14,9	16,3	6,5	11,0	18,0	19,3	40,7	30,2	0,2	0,4
2006	18,6	21,7	14,8	16,5	6,6	11,2	17,8	19,0	42,0	31,3	0,2	0,4

Fonte: IBGE - "Estatísticas da PNAD 2006".

Nota: exclusive pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

OBS: H = Homens e M = Mulheres.

Houve também uma melhora generalizada no nível de escolaridade dos trabalhadores, sendo que as melhores remunerações ficaram para os trabalhadores com nível superior completo. Na comparação entre os gêneros, as mulheres superam os 50% dos ocupados com ensino superior, mesmo assim, revelam-se ocupações masculinas melhor remuneradas que as ocupações femininas, que exigem nível superior. No ano de 2002, no nível superior, o rendimento mediano masculino, superou em 47% o feminino, o que em termos absolutos correspondeu a quase 3,5 salários mínimos¹⁶ (Leone e Baltar, 2006).

Na análise das áreas e ocupações com maior progresso das mulheres entre os anos de 1995 e 2005, observa-se uma expansão da escolaridade das mulheres (elas vem obtendo cada vez mais acesso à educação), fator de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. A escolaridade das trabalhadoras é muito superior à dos trabalhadores em geral. Em 2005, entre os trabalhadores, 32% delas e 25% deles, tinham mais de 11 anos de estudo (vide tabela abaixo) (Bruschini, 2007).

¹⁶ Considerar o salário mínimo vigente em cada período em questão. No caso de 2006 era de R\$300 passando pelo reajuste de R\$350 em abril do mesmo ano.

TABELA 8 – PERCENTUAL OCUPADOS SEGUNDO SEXO E ESCOLARIDADE, NO BRASIL, EM 1995 E 2005

Anos de estudo	1995		2005	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
s/ instrução e menos de 1 ano	16,3	13,2	10,1	7,6
1 a 3 anos	19,0	16,5	12,5	9,4
4 a 7 anos	34,1	31,9	28,6	24,3
8 a 10 anos	13,4	13,6	17,6	17,1
11 a 14 anos	12,2	18,1	24,6	31,7
15 anos ou mais	4,8	6,5	6,2	9,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Bruschini, 2007.

A análise dos diferentes níveis educacionais mostra que no ensino profissional, os percentuais femininos são bastante elevados, sobretudo nas áreas de ensino técnico e serviços (em várias de suas especialidades) de acordo com a Fundação Carlos Chagas em 2007. No ensino superior, elas ampliaram significativamente sua presença superando os homens, sendo que a parcela feminina entre os formados de 2005 atingiu os 62%, de acordo com dados do Censo do Ensino Superior, realizado pelo Ministério da Educação. Contudo, as escolhas das mulheres no mercado de trabalho continuaram a recair preferencialmente sobre áreas tradicionalmente “femininas”, como educação (perfazendo 81% de mulheres), saúde e bem-estar social (74% de mulheres), humanidades e artes (65% de mulheres), atividades consideradas periféricas no comparativo as demais atividades que exercem importância na economia. Mas também vem se observando que parcela feminina das universidades vem ampliando sua presença em outras áreas masculinas, como engenharia, produção e construção, aumentando de 26% para 30% sua presença na presente década (Bruschini, 2007).

TABELA 9 – PERCENTUAL DE OCUPADOS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO, SEGUNDO GRUPO DE ATIVIDADE, NO BRASIL, EM 1997 E 2007

Grupamentos de atividade	Homens		Mulheres	
	1997	2007	1997	2007
Agrícola	27,1	20,6	20,2	13,2
Indústria	15,8	17,2	12,7	12,8
Construção	11,2	11,4	0,4	0,5
Comércio e reparação	17,5	19,3	13,5	16,7
Serviços	27,9	31,2	53,2	56,8
Serviços Domésticos	0,9	0,8	17,8	16,6
Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE, PNAD 1997/2007.

Com relação ao setor de atividade nas quais os homens e mulheres se distribuiriam nesses últimos dez anos, pela tabela acima, de acordo com dados do IBGE, houve alteração na distribuição da população ocupada. O grupamento ou setor de atividade ligado aos serviços foi, em 1997, o que registrou o maior percentual de pessoas (37,9%). Esse comportamento foi seguindo com maior intensidade ao passar do tempo. Em 2007, eram 42% dos trabalhadores na atividade de serviços, que inclui as atividades ligadas ao serviço doméstico, que perfazia 7,5% das pessoas ocupadas, percentual similar ao de 1997 (7,6%). O percentual de pessoas trabalhando no grupamento do comércio e reparação passou de 15,9% para 18,2%, o segundo maior em termos de número de pessoas ocupadas. A parcela de ocupados na atividade agrícola, em 1997, foi de 24,4%. Em 2007, este percentual caiu para 17,5%, uma redução percebida especialmente entre as mulheres.

Na comparação por sexo também podem ser observadas mudanças significativas na composição da população ocupada no que se refere ao segmento de atividade. A atividade agrícola masculina em 1997 tinha peso de 27,1%, valor muito próximo dos serviços (27,9%), que acabou sofrendo um esvaziamento no número de trabalhadores, sendo que a diferença entre estes agrupamentos em 2007 chegou quase aos 10%. Para as mulheres foi observado um aumento nos Serviços, passando de 53,2% para 56,8% e no Comércio e Reparação passando de 13,5% para 16,7% (IBGE, 2008).

As Atividades Sociais (objeto de estudo desta monografia) vem apresentando um grande percentual de mulheres empregadas na comparação com os demais setores. De acordo com dados da PNAD de 2002 e 2005, este setor representa a 3ª e 4ª atividade a empregar o maior percentual de mulheres empregadas nas ocupações não agrícolas. Mesmo assim, existe uma elevada diversidade de rendimentos entre os homens e as mulheres ocupados nesta atividade. Um estudo do nível de escolaridade, da posição na ocupação e da idade do ocupados desta atividade, permitirá que se faça uma análise da questão do gênero e da diversidade de rendimentos entre os ocupados nas Atividades Sociais.

CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DO SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS

2.1) O SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS NO BRASIL

No ano de 2005, a PEA brasileira somava-se em 96 milhões de pessoas que se encontravam na condição de ocupadas e desocupadas. Deste montante, as pessoas com 10 anos ou mais de idade no mercado de trabalho, do sexo masculino, perfaziam 56,4%, e do sexo feminino, 43,6%. Em 1995, a PEA era de 59,6% para os homens e 40,4% mulheres. O que se observou nos últimos dez anos foi que a distribuição da PEA por sexo sofreu uma acentuada mudança com a redução da participação masculina e um aumento em 3,2% das mulheres (IBGE, 2006).

O percentual de pessoas trabalhando na atividade de comércio e reparação passou de 15,9% para 18,2%, o segundo maior em termos de número de pessoas ocupadas. Em 1997, a parcela de pessoas ocupadas na atividade agrícola era de 24,4%. Em 2007, este percentual caiu para 17,5% devido às sucessivas reduções no contingente de pessoas ocupadas nesta atividade. Em 1997 a atividade agrícola masculina perfazia 27,1%, valor muito próximo dos serviços (27,9%), mas acabou sofrendo um esvaziamento no número de trabalhadores, de tal maneira que no ano de 2007 a diferença percentual entre estes dois agrupamentos chegou a quase 10 pontos percentuais. Para as mulheres percebeu-se uma queda mais intensa na atividade agrícola passando de segunda atividade com maior percentual de ocupadas para a terceira atividade, ao longo dos 10 anos. Em relação à distribuição de pessoas ocupadas por grupamentos de atividade, observa-se que entre as mulheres houve um aumento nos Serviços passando de 53,2% para 56,8% e no Comércio e Reparação passando de 13,5% para 16,7% (IBGE, 2006).

Apesar da taxa masculina se mostrar maior que a feminina, na análise da taxa de atividade por faixas de idade no período em questão observou-se dois importantes aspectos com relação à participação feminina. O primeiro ponto revela uma redução no diferencial entre as taxas de atividade para o sexo masculino e para o sexo feminino nas faixas etárias de 10 a 14 e 15 a 17 anos, mostrando que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho se intensificou também entre as mais jovens. Entre os mais velhos, com 65 anos ou mais de idade, apesar da redução da atividade, a queda foi bem menor para as mulheres, evidenciando

que há uma maior propensão das mulheres a se manterem economicamente ativas (IBGE, 2006).

Outro aspecto importante é que a atividade aumentou principalmente na população com nível de escolaridade entre nove e onze anos de estudo, correspondente ao ensino médio. Para os homens a atividade se reduziu principalmente entre os menos escolarizados; enquanto para as mulheres, a atividade se acentuou entre as mais escolarizadas, aquelas com nove anos ou mais de estudo. Apesar desse avanço das mulheres no mercado de trabalho em diversos aspectos, as desigualdades por sexo ainda persistem e se mostra como um impasse ao desenvolvimento social mais consolidado. Quando se analisa o desenvolvimento educacional das mulheres, observa-se que, entre os anos de 1995 e 2005, na população com 12 anos ou mais de estudo quase que dobrou e a análise daqueles com ensino superior neste período quase triplicou. Esse aumento foi observado principalmente entre as mulheres com grande presença nas universidades. Elas representam 56,1% da população com 12 anos ou mais de estudo. Apesar disso, é nesse mesmo grupo com maior escolaridade que a desigualdade de rendimento entre homens e mulheres se mostra elevada (IBGGE, 2006).

Os homens com 12 anos ou mais de estudo se encontram distribuídos nos grupamentos de atividade ligados à Indústria (15,8%), Comércio e Reparação (15,6%), Educação, Saúde e Serviços Sociais (16,8%) e Outras Atividades (22,3%). No caso das mulheres com esse nível de escolaridade, 44,9% estão no grupamento de Educação, Saúde e Serviços Sociais grande percentual da mão de obra feminina empregada no mercado de trabalho (por isso o foco de estudo desta monografia, ou seja, o setor de Atividades Sociais) (IBGE, 2006).

Especificamente na análise mais aprofundada do setor de Atividades Sociais no comparativo entre gênero (sexo), observa-se ao passar dos anos, um aumento progressivo do percentual de mulheres inseridas neste setor de atividade, quando em comparativo com os homens. No total, o agrupamento ligado a Educação, Saúde e Serviços Sociais (o setor de Atividades Sociais), segue em 4º lugar no ranking da distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade na semana de referência da PNAD. Em 2006, perfazia 9,1% do total de ocupados, perdendo apenas para o setor Agrícola (18,6%), Comércio e Reparação (17,8%) e Indústria de transformação

(14%). Deste total, quando comparado por sexo, este setor é o 7º colocado em termos de homens empregados, com um percentual de 3,6% do total percentual de homens empregados neste setor, vindo atrás do setor Agrícola, Comércio e Reparação, Indústria de Transformação, Construção, Transporte, armazenagem e comunicação e Administração pública. Na análise do mercado feminino, este setor segue em 3º lugar, perdendo apenas para o setor Agrícola e de Serviços Domésticos. Em termos totais são 6.147.010 mulheres empregadas nas Atividades Sociais em 2006, contra 1.796.236 homens em um total de 7.943.246 pessoas com mais de 10 anos de idade empregados nesta atividade. A tabela abaixo mostra a evolução da participação por setores de atividade, observando o grande percentual de mulheres empregadas no setor de Atividades Sociais ao longo dos anos.

TABELA 10 – PERCENTUAL DE OCUPADOS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO SEXO E GRUPAMENTO DE ATIVIDADE, NO BRASIL, ENTRE 1995 E 2006

	H	M	H	M	H	M	H	M
	1995		1999		2003		2006	
Agrícola	28,6	22,4	27,1	20,4	23,9	16,1	21,7	14,4
Indústria Transformação	15,0	12,4	13,8	11,7	14,6	12,2	15,2	12,3
Outras atividades industriais	1,3	0,3	1,2	0,2	1,2	0,3	1,2	0,3
Construção	10,3	0,4	11,3	0,7	10,9	0,4	11,2	0,5
Comércio e reparação	17,5	13,0	17,8	13,7	19,0	15,9	19,0	16,2
Alojamento e alimentação	3,7	4,4	3,6	4,7	3,1	4,3	3,3	4,7
Transporte, armazenamento e comunicação	6,1	1,0	6,5	1,2	7,0	1,3	7,0	1,4
Administração pública	5,2	4,1	5,2	4,0	5,4	14,4	5,5	4,5
Educação, saúde e serviços sociais	2,9	15,2	3,3	16,3	3,5	16,7	3,6	16,5
Serviços domésticos	0,8	17,2	0,9	17,2	0,9	17,3	0,9	16,8
Outros serviços coletivos, sociais, pessoais	2,6	4,8	2,6	4,7	2,7	5,1	3,1	6,0
Outras atividades industriais	6,1	4,7	6,2	5,1	7,5	6,0	8,1	6,5
Atividades mal def. ou não declaradas	0,4	0,1	0,5	0,1	0,4	0,1	0,4	0,0

Fonte: IBGE - "Estatísticas da PNAD 2006".

Nota: exclusive pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No comparativo entre as mulheres, a tabela mostra que grande parte das mulheres se encontram empregadas no setor de Atividades Sociais, perdendo apenas para o setor de Serviços Domésticos e tendo quase igual magnitude ao setor de Comércio e Reparação. Apesar dessa grande participação das mulheres neste setor de atividade, o que se observa é um diferencial de rendimento, seja entre os sexos, ou seja, entre as próprias mulheres empregadas nesta atividade. Motivos este já foram explanados no Capítulo 1, seja por questões culturais, sociais ou econômicas que ainda perduram com o passar do tempo. Fatores que influem para este diferencial estão ligados ao nível educacional, idade e posição na ocupação de

tais mulheres ocupadas nesta atividade. Elas podem estar presentes, mas ainda enfrentam as questões pontuais acima, as quais iremos observar com uma análise um pouco mais aprofundada deste setor de atividade. Estatisticamente estes valores observados acima podem ser considerados muito próximos, igualando de certa forma os setores descritos.

Nos seguimentos de atividade do trabalho principal (de acordo com a análise das tabelas acima) observa-se que grande percentual das mulheres estão ligadas as atividades de serviços, percentual maior que dos homens ligados a mesma atividade. Este é um dos reflexos da inserção inicial das mulheres no mercado de trabalho: alocadas em atividades ligadas aos serviços, consideradas complementares em comparativo as demais atividades. Entre as próprias mulheres, este é o setor que predomina sua presença e mesmo assim, o que se observa são diversidades nos rendimentos, causadas pelas diferenças de escolaridade, idade e posição na ocupação.

No ano de 2006, de acordo com dados da tabela abaixo, 18,6% da população ocupada estava empregada nas atividades agrícolas, 17,8% em Comércio e Reparação, 14% em Indústria de transformação e 9,1% em Educação, saúde e serviços sociais.

TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE E PROPORÇÃO DE MULHERES, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE, NO BRASIL, EM 2006

Setor de atividade	%			
	Total	Mulheres	Homens	Mulheres
Agrícola	18,6	14,4	21,7	33,0
Outras atividades industriais	0,8	0,3	1,2	13,5
Indústria de transformação	14,0	12,3	15,2	37,5
Construção	6,6	0,5	11,2	3,0
Comércio e reparação	17,8	16,2	19,0	38,8
Alojamento e alimentação	3,9	4,7	3,3	51,5
Transporte, armazenagem e comunicação	4,6	1,4	7,0	13,0
Administração pública	5,0	4,5	5,5	37,9
Educação, saúde e serviços sociais	9,1	16,5	3,6	77,4
Serviços domésticos	7,7	16,8	0,9	93,5
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,3	6,0	3,1	59,1
Outras atividades	7,4	6,5	8,1	37,3
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,2	0,0	0,4	9,0
Total	100,0	100,0	100,0	42,6

Fonte: IBGE – PNAD 2006.

Nota: exclusive pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

* Serviços Sociais englobam as áreas de Assistência e Previdência Social, de acordo com a Relação de Códigos de Atividades da CNAE-Domiciliar, PNAD 2006.

Apesar desse percentual de mulheres empregadas nos setores de Atividades Sociais, o que se observa é uma diversidade de rendimento quando no comparativo ao gênero. As variáveis que levam a esta característica serão analisadas mais afincado nas linhas a seguir.

Na observação mais detalhada deste setor de atividade, desmembrando-o em seus sub-setores (Educação, Saúde e Serviços Sociais – Assistência e Previdência Social), verifica-se que grande percentual dos ocupados nesta atividade estão alocados ao setor de Educação, perfazendo 60,3% do total de ocupados nas Atividades Sociais, como mostra a tabela 12 a seguir.

TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NO SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS SEGUNDO SUB-SETORES, NO BRASIL, EM 2006

	Total	Mulheres	Homens	% Mulheres
Educação	60,3	61,0	57,8	78,3
Saúde	33,2	31,7	23,5	74,0
Serviços Sociais*	6,5	7,2	4,0	86,1
Total	100,0	100,0	100,0	77,4

Fonte: IBGE – PNAD 2006.

Deste percentual, 61% são mulheres, em um total de 6.147.010 milhões de mulheres empregadas nas Atividades Sociais. Elas perfazem 31,7% das ocupadas na área da Saúde e 7,2% do total das ocupadas nos Serviços Sociais. Na área de Educação, os homens representam 1.038.402 milhões de ocupados, ou seja, 57,8% do total dos homens estão ocupados nas Atividades Sociais, sendo que 23,5% estão na área da Saúde e 4% na área dos Serviços Sociais.

A análise pela faixa etária para cada uma das áreas das Atividades Sociais revela que grande parte das mulheres ocupadas encontra-se entre os 25 a 54 anos de idade, mesmo fato observado para os homens.

TABELA 13 – PERCENTUAL DOS OCUPADOS NO SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS POR SUB-SETORES, SEGUNDO SEXO, POR FAIXA ETÁRIA, BRASIL, 2006

Faixa etária	Mulheres			Homens		
	Educação	Saúde	Serviços Sociais	Educação	Saúde	Serviços Sociais
de 10 a 14 anos	0,1	0,0	1,3	0,2	0,0	5,1
de 15 a 19 anos	3,0	2,7	7,5	5,3	2,4	4,6
de 20 a 24 anos	8,8	12,3	10,7	12,3	11,7	14,7
de 25 a 54 anos	79,7	78,0	69,4	70,5	71,8	62,9
55 e mais anos	8,5	7,1	11,2	11,8	14,0	12,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 2006.

Das mulheres ocupadas nas Atividades Sociais, aquelas que se encontram ligadas às áreas da Educação e da Saúde são as que apresentam maior grau de escolaridade: 40,6% das ocupadas em Educação possuem 15 anos ou mais de estudo, ou seja, grau superior completo de ensino (nível universitário), conforme os resultados da tabela abaixo. Valor quase parecido para aquelas que estão presentes na área da Saúde: 40,9% das mulheres com nível universitário completo. A área de Serviços Sociais é aquela que apresenta o menor percentual de anos de estudos para as mulheres ocupadas: 36,7 % delas possuem menos de oito anos de estudo, ou seja, sem o ensino fundamental completo. Para os homens o nível de escolaridade dos ocupados nas Atividades Sociais é menor: 44,5% daqueles dos ocupados na área da Educação possuem entre 11 a 14 anos de estudo, ou seja, o ensino médio completo e o superior incompleto. O mesmo se observa na área da Saúde, com 54,6% dos homens com apenas o ensino médio completo. Por tanto, as mulheres ocupadas nas Atividades Sociais possuem grau de escolaridade (anos de estudo) maior que o dos homens no comparativo pelas áreas.

TABELA 14 – PERCENTUAL DOS OCUPADOS NO SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS POR SUB-SETORES, SEGUNDO SEXO, POR ANOS DE ESTUDO, NO BRASIL, EM 2006

Anos de Estudo	Mulheres			Homens		
	Educação	Saúde	Serviços Sociais	Educação	Saúde	Serviços Sociais
Menos de 8 anos	12,0	10,7	36,7	10,2	8,7	30,9
De 8 a 10 anos	9,5	10,2	13,0	6,7	10,0	18,9
De 11 a 14 anos	37,9	38,2	39,3	44,5	54,6	39,1
15 ou mais anos	40,6	40,9	10,9	38,6	26,7	11,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 2006.

Dentre as diferentes posições na ocupação dos ocupados deste setor de atividade, de acordo com a tabela a seguir, 73,9% das mulheres na área da Educação são trabalhadores formais, ou seja, possuem carteira de trabalho assinada. Na área da Saúde elas são 72,7% dos trabalhadores formais. Nos serviços Sociais são 54,7% das mulheres ocupadas como conta própria. Entre os homens, o percentual de homens com carteira assinada é menor que o das mulheres, quando observado as três áreas de atuação das Atividades Sociais. Entre os homens, também se observa um percentual maior de trabalhadores informais, ou seja, sem carteira assinada, para as três áreas de atividade. Na área da Saúde eles são 11,9% do total de ocupados como conta própria, como mostra a tabela 15 abaixo. Outro fator que nos salta aos olhos são os 10,6% dos homens da área da Saúde que ocupam a posição de empregadores, enquanto apenas 3,3% das mulheres desfrutam dessa posição na ocupação.

TABELA 15 – PERCENTUAL DOS OCUPADOS NO SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS POR SUB-SETORES, SEGUNDO SEXO, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NO BRASIL, EM 2006

Posição na Ocupação	Mulheres			Homens		
	Educação	Saúde	Serviços Sociais	Educação	Saúde	Serviços Sociais
Trabalhadores formais	73,9	72,7	54,7	69,4	62,6	59,6
Trabalhadores informais	21,3	15,7	17,9	22,3	13,9	22,3
Conta própria	3,4	6,9	20,2	5,6	11,9	2,1
Empregador	0,9	3,3	0,3	2,0	10,6	0,0
Não-remunerado	0,5	1,4	6,9	0,7	1,0	15,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 2006.

Para a análise de acordo com os diferentes grupos ocupacionais¹⁷ observa-se que grande parte das mulheres empregadas nas Atividades Sociais estão ligadas as ciências e as artes, ou seja, com foco mais voltado à parte da pesquisa nas ocupações em que elas se encontram. Grande percentual das ocupadas também são profissionais de técnicos de nível médio e trabalhadores dos serviços. A área de Serviços Sociais mostra-se um pouco diferente: 61,1% das mulheres são

¹⁷ Entende-se por **Grupos Ocupacionais**: Dirigentes em geral, Profissionais das ciências e das artes, Técnicos de nível médio, Trabalhadores de serviços administrativos, Trabalhadores dos serviços, Vendedores e prestadores de serviço do comércio, Trabalhadores agrícolas, Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, Membros das forças armadas e auxiliares e Ocupações mal definidas ou não declaradas.

trabalhadoras dos serviços. Do mesmo modo, observa-se que os homens destinam-se as ocupações dos profissionais das ciências e das artes e técnicos de nível médio. Os dirigentes em geral e os trabalhadores de serviços administrativos perfazem um percentual baixo em comparativo com os dois principais, como mostra a tabela abaixo.

TABELA 16 – PERCENTUAL DOS OCUPADOS NO SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS POR SUB-SETORES, SEGUNDO SEXO, POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO, NO BRASIL, EM 2006

Grupos de Ocupação	Mulheres			Homens		
	Educação	Saúde	Serv. Sociais	Educação	Saúde	Serv.Sociais
Dirigentes em geral	4,2	2,5	4,8	4,8	5,1	5,0
Profissionais das ciências e das artes	40,7	23,6	10,6	40,1	35,5	37,3
Técnicos de nível médio	29,5	29,2	15,1	27,6	22,2	25,0
Trabalhadores de serviços administrativos	8,8	25,9	7,0	8,7	13,4	10,8
Trabalhadores dos serviços	16,4	17,2	61,1	15,0	16,2	16,3
Vend. e prest. de serv.do comércio	0,2	1,0	0,2	0,3	0,7	0,6
Trabalhadores agrícolas	0,0	0,2	0,1	0,2	0,7	0,4
Trab. prod. bens e serv. e rep. e manut.	0,2	0,5	1,0	3,3	6,2	4,6
Ocupações mal definidas ou não declaradas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 2006.

Resultados da PNAD 2006 mostram que a maioria das mulheres ocupadas na área da Saúde recebem entre 1 a 2 salários mínimos hora (S.M.H), conforme a tabela a seguir nos revela. Nos Serviços Sociais, 44,2% das ocupadas recebem a mesma quantia, enquanto 31,9% do total de mulheres desta área recebem menos de 1 s.m.h. Esses dados dão reforço à tese da má remuneração das mulheres ocupadas nas Atividades Sociais. O percentual das mulheres ao longo das diferentes faixas de rendimento (em faixas de salário mínimo hora – s.m.h.) mostra que elas estão mais concentradas em faixas menores de remuneração, enquanto que o rendimento dos homens oscila entre 1 a 2 s.m.h. e 5 a 10 s.m.h.

Esse é o ponto crucial para comprovar o porquê que mulheres com grande percentual de participação nas Atividades Sociais e que apresentam alto grau de escolaridade e que são em sua maioria empregadas como mão de obra formal (com carteira de trabalho assinada), mesmo assim se encontram em desvantagem no comparativo ao rendimento recebido pelos homens no mesmo setor de atividade.

TABELA 17 – PERCENTUAL DOS OCUPADOS NO SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS POR SUB-SETORES, SEGUNDO SEXO, POR FAIXAS DE S.M.H, NO BRASIL, EM 2006

Faixas de S.M.H	Mulheres			Homens		
	Educação	Saúde	Serviços Sociais	Educação	Saúde	Serviços Sociais
Menos de 1 s.m.	5,1	6,0	31,9	5,9	4,4	25,9
de 1 a 2 s.m.	28,0	40,9	44,2	23,6	26,3	28,3
de 2 a 3 s.m.	21,8	17,8	11,1	17,0	13,1	16,7
de 3 a 5 s.m.	21,5	13,6	7,4	18,0	14,0	14,1
de 5 a 10 s.m.	17,8	11,9	4,2	20,3	15,7	10,2
10 s.m. ou mais	5,7	9,7	1,2	15,2	26,6	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 2006.

A conclusão a que podemos chegar é que a questão do gênero, somada as questões sociais e culturais já impostas há anos, colaboram e posicionam a mulher a “margem da sociedade”, fatores que refletem nas atividades em que estão inseridas no mercado de trabalho, como na posição na ocupação e nos rendimentos que recebem, mesmo em setores onde elas predominam quando em comparativo com os homens.

Para que esta análise fique um pouco mais aprofundada, torna-se interessante fazer uma observação destas variáveis que influem no rendimento entre homens e mulheres do setor de Atividades Sociais, sob uma perspectiva das grandes regiões metropolitanas do Brasil, como veremos no item a seguir.

2.2) O SETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS NAS GRANDES REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), em janeiro de 2008 havia aproximadamente 9,4 milhões de mulheres trabalhando nas seis regiões metropolitanas de abrangência da pesquisa¹⁸. Este número significava 43,1% das mulheres com 10 anos ou mais de idade. Em 2003 esta proporção era de 40,1%. Entre os desocupados, no total das seis regiões, elas representavam 57,7%, enquanto que entre os homens esse contingente é de 779 mil, 42,3% (IBGE, 2008).

¹⁸ Abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Essa mesma pesquisa (PME) apontou que em janeiro de 2008 haviam 21,2 milhões de pessoas ocupadas (PO) no total das seis regiões metropolitanas investigadas, sendo que as mulheres representavam 44,4% desse contingente, isto é, 9,4 milhões. Em relação a PIA elas eram 53,5%, enquanto em relação à PEA elas eram 45,5% e em relação à População Desocupada (PD) eram 57,7%. Na comparação com janeiro de 2003, as diferenças entre esses indicadores foram de, respectivamente 0,4 pontos percentuais para a PIA, 1,7 ponto percentual para a PEA, assim como para a PO e 4,9 pontos percentuais para a PD (IBGE, 2008).

Uma publicação do DIEESE sobre a "Situação das Mulheres em Mercados de Trabalho Metropolitanos", divulgada em março de 2008, mostrou que 34,852 milhões de mulheres encontravam-se no mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas em 2001, o que representava 41,9% da PEA brasileira. Na década de 90, cerca de 22,868 milhões de mulheres faziam parte da força de trabalho do país, correspondendo então a 35,5% da PEA, segundo os dados da PNAD. Em 11 anos, 12 milhões de mulheres integraram-se ao mercado de trabalho brasileiro em busca de realização profissional (Folha online, 2008).

No Distrito Federal e na região metropolitana de Belo Horizonte, a taxa de participação feminina cresceu cerca de dois pontos percentuais entre os anos de 2000 e 2002, enquanto nas regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador aumentou cerca de 1,7 e 1,6 pontos percentuais, respectivamente. Em Recife e Porto Alegre, essa taxa manteve-se praticamente estável nos dois anos. Entre os homens, houve relativa estabilidade da taxa de participação em todas as regiões, exceto no Distrito Federal, onde houve aumento de 1,5 pontos percentuais, no mesmo período, e em Porto Alegre onde diminuiu 2,5 pontos percentuais. Mesmo assim, o Distrito Federal registrou a maior taxa de participação feminina (58% em 2002), devido a forte presença do setor público no local, que emprega um contingente relativamente alto de mulheres (Folha online, 2008).

Em 2002, o setor de Serviços concentrava mais de 50% das ocupadas em todas as regiões. De acordo com Patrícia Lino Costa, economista do DIEESE, o emprego feminino ainda é muito vulnerável e ocorre principalmente em setores tradicionais para mulheres, como o de Serviços, com destaque para trabalhos sem

carteira assinada, de domésticas ou autônomas que trabalham para o público e que fazem trabalhos familiares (Folha online, 2008).

O estudo mostrou ainda que o desemprego atingiu tanto homens quanto mulheres nos últimos anos e que as taxas de desemprego total, em todas as regiões metropolitanas, mantiveram-se em patamar elevado. Em 2002, a maior taxa de desemprego foi verificada na região metropolitana de Salvador (27,3%) e a menor, na de Porto Alegre (15,3%). Do total de desempregados, mais da metade, ou seja, 52% eram mulheres. Essa proporção é semelhante em todas as regiões, nos últimos três anos analisados. Em 2002, a maior taxa de desemprego feminino foi registrada na região metropolitana de Salvador (29,9%) e a menor, em Porto Alegre (17,9%) (Folha online, 2008).

De acordo com dados do IBGE, no ano de 2006, alguns dos Estados das Grandes Regiões Metropolitanas apresentaram maior participação feminina nas ocupações. Na Região Norte houve destaque para o Estado do Amapá, com 7,6 pontos percentuais a mais de mulheres no mercado de trabalho. No Nordeste, o Estado do Piauí apresentou um aumento de 2,7 pontos percentuais (mas é importante ressaltar que nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador essas variações foram mais expressivas ainda, com 4,1 e 3,3 pontos percentuais respectivamente). Já no Sudeste, os destaques foram para os estados do Espírito Santo (com 5,0 pontos percentuais) e de São Paulo (4,9 pontos percentuais), ainda que na Região Metropolitana de São Paulo tenha sido observada a maior variação com 5,8 pontos percentuais. No Sul, a variação da participação feminina no Estado do Paraná foi de 4,1 pontos percentuais e no Centro-Oeste, o Estado de Mato Grosso liderou com 5,3 pontos percentuais (IBGE, 2006).

As mulheres estão mais sujeitas a ocupações com inserção vulnerável, definida como aquelas sem proteção e direitos trabalhistas, em 2004, destaca-se a região metropolitana de Salvador com o maior percentual de 50,2% e a região de Porto Alegre com o menor indicador de 30,7%. Essa situação compreende todos os assalariados sem carteira de trabalho assinada, empregados domésticos, autônomos que trabalham para o público e trabalhadores familiares. Essa maior vulnerabilidade do trabalho feminino pode ser explicada, em parte, pela presença da mulher no emprego doméstico, superior a 15% em todas as regiões, atingindo quase

um quinto das ocupadas em Salvador. Entretanto, no comparativo de 2004 com 1998, houve redução da vulnerabilidade - tanto masculina como feminina - na maioria das regiões, com exceção de Salvador e São Paulo (Garcia e Conforto, 2005).

Ainda de acordo com a pesquisa divulgada pelo DIEESE sobre a "Situação das Mulheres em Mercados de Trabalho Metropolitanos", os rendimentos recuaram para os assalariados ao longo dos últimos anos, independentemente de sexo, como reflexo das condições gerais da economia. Mas, historicamente, os rendimentos das mulheres são inferiores aos dos homens. Em 2002, o rendimento feminino equivalia a cerca de 66% do recebido pelos homens. A maior aproximação entre os rendimentos de homens e mulheres ocorreu na região metropolitana de Porto Alegre, onde as mulheres ganham 71,7% do que os homens recebem. A Grande São Paulo, porém, registra a maior diferença (65,5%) (Folha online, 2008).

No ano passado, o maior rendimento feminino foi verificado em São Paulo: R\$630 em média. Já o menor, em Recife (R\$392). Nessas duas localidades, a renda masculina média era de R\$962 e R\$573, respectivamente (Folha online, 2008).

No que se refere às formas de inserção, em janeiro de 2008, das mulheres ocupadas, 37,8% tinham trabalho com carteira assinada, enquanto que entre os homens esse percentual foi de 48,6%. Já a participação como trabalhador doméstico foi de 16,5% e de 0,7%, respectivamente, para mulheres e homens. Nas demais formas de inserção, as mulheres ocupadas estavam distribuídas da seguinte forma: empregados sem carteira assinada, 12,1%; conta própria, 16,9% e empregador, 3,0%. Em termos regionais, a maior concentração de mulheres ocupadas com carteira assinada foi na região metropolitana de Porto Alegre (42,4%); e na região metropolitana de Salvador, o maior percentual das mulheres ocupadas em trabalhos domésticos (18,9%) em janeiro de 2008 (IBGE, 2008).

Analisando a distribuição entre as atividades econômicas, em janeiro de 2008, das mulheres ocupadas foi verificado que 16,5% delas estavam ocupadas nos Serviços Domésticos; 22,0% na Administração Pública, Educação, Defesa, Segurança, Saúde; 13,3% dos Serviços prestados à Empresa; 13,1% na Indústria; 0,6% na Construção, 17,4% no Comércio e 17,0% em Outros Serviços e Outras

Atividades. Entre os homens ocupados predomina a participação na indústria, 20,0%, e diferentemente das mulheres, eles têm um maior percentual de ocupação na construção, 12,0% e presença reduzida nos Serviços Domésticos, 0,7% (IBGE, 2008).

No comparativo por setores de atividades nas grandes regiões metropolitanas¹⁹, grande percentual dos ocupados encontra-se ligado às atividades de Comércio e Reparação, 17,7% do total daqueles ocupados apenas nas regiões metropolitanas (RMs) brasileiras (levar em consideração as regiões metropolitanas abordadas nesta monografia, que diferem de outras classificações de regiões metropolitanas convencionais), seguido por Indústria de transformação com 14,9% do total. O setor de Atividades Sociais segue em quarto lugar, perfazendo 9,2% dos ocupados nos setores de atividade de acordo com as RMs.

TABELA 18 – PERCENTUAL DE OCUPADOS POR SETORES DE ATIVIDADES NAS REGIÕES METROPOLITANAS (RMs) DO BRASIL, EM 2006

Setor de Atividade	Total	Mulheres	Homens
Agrícola	16,7	13,0	19,5
Outras atividades industriais	0,7	0,2	1,2
Indústria de transformação	14,9	13,0	16,4
Construção	6,5	0,4	11,1
Comércio e reparação	17,7	16,1	18,9
Alojamento e alimentação	3,8	4,5	3,3
Transporte, armazenagem e comunicação	4,8	1,6	7,2
Administração pública	4,5	3,8	5,0
Educação, saúde e serviços sociais	9,2	16,5	3,6
Serviços domésticos	7,8	16,9	0,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,5	6,2	3,2
Outras atividades	9,7	7,1	8,8
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,1	0,0	0,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE PNAD 2006.

Nota: exclusive pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

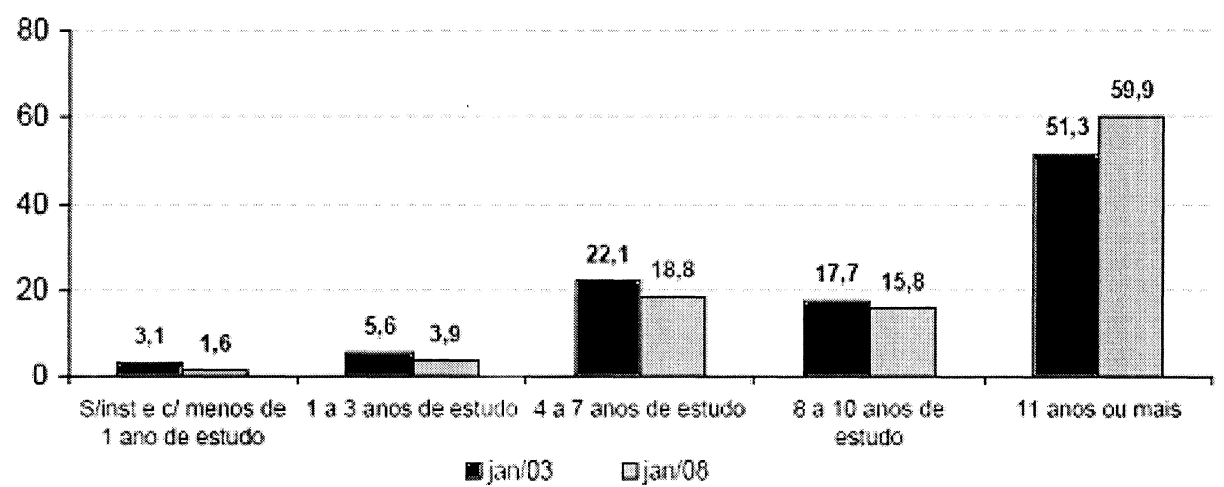
No comparativo entre homens e mulheres ocupados nas RMs do Brasil de acordo com os diferentes setores de atividade, podemos observar que grande percentual das mulheres das grandes RMs brasileiras encontram-se ocupadas nas atividades de Serviços domésticos (16,9% do total das ocupadas), seguida pelas

¹⁹ Aqui se considerou Nordeste (Salvador, Fortaleza e Recife), Sudeste (Belo Horizonte e Rio de Janeiro), Sul (Curitiba e Rio Grande do Sul) e metrópole de São Paulo.

Atividades Sociais (16,5%) e Comércio e reparação (16,1%). Com relação aos homens ocupados, 18,9% estão ligados ao Comércio e Reparação e 16,4% a Indústria de Transformação. Apenas 3,6% deles estão do ligados as Atividades Sociais.

O Gráfico a seguir ilustra os anos de estudo da população ocupada feminina, apontando um predomínio da presença daquelas que possuem 11 anos ou mais de estudo: 51,3% em janeiro de 2003 e 59,9% em janeiro de 2008. Entre os homens, esse mesmo nível de escolaridade foi de 41,9% e 51,9%, respectivamente, nos meses janeiro de 2003 e de 2008.

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA FEMININA SEGUNDO ANOS DE ESTUDO NOS MESES DE JANEIRO DE 2003 E 2008 (%)



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE, 2008).

O rendimento médio das mulheres em janeiro de 2008 foi de R\$956,80, enquanto que o dos homens foi de R\$1.342,70 para o conjunto das seis regiões metropolitanas investigadas pela PME. A partir desses valores, verificou-se que as mulheres receberam 71,3% do total do rendimento recebido pelos homens. Na análise de cada região metropolitana, esse percentual foi de 75,9% em Recife, 74,2% em Salvador, 65,2% em Belo Horizonte, 75,6% no Rio de Janeiro, 70,4% em São Paulo e 69,3% em Porto Alegre. Observou-se também que no período, o crescimento do rendimento da mulher foi maior no Rio de Janeiro, 16,5% (de R\$817,20 para R\$952,90) e menor em São Paulo, onde houve redução de 2,2% (de R\$1.100,86 para R\$1076,40). No entanto, foi na região metropolitana de São Paulo

em que se registraram os maiores rendimentos médios habituais, tanto para os homens quanto para as mulheres. Por outro lado, em Recife os homens e as mulheres têm os menores rendimentos recebidos (IBGE, 2008).

Para as mulheres com nível superior completo o rendimento médio foi de R\$2.291,80 em janeiro de 2008; enquanto para os homens esse valor foi de R\$3.841,40. Assim, comparando trabalhadores que possuíam o nível superior, observou-se que o rendimento das mulheres é cerca de 60% do rendimento dos homens, indicando que, mesmo com grau de escolaridade mais elevado, as discrepâncias salariais entre homens e mulheres seguem elevadas (IBGE, 2008).

Outra pesquisa, divulgada pelo Observatório Social, confirma as teorias de que as mulheres ganham menos que os homens em todas as regiões da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), que abrangeu as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal. De acordo com resultados da PED, as diferenças de rendimentos não dependem do grau de formalização da atividade, função ou cargo exercido, ou do nível de escolaridade. Uma das explicações para a desigualdade está no fato de que as mulheres ocupam mais freqüentemente setores de atividade econômica que tradicionalmente pagam salários menores, como prestação de serviços domésticos, pessoais e outros serviços não especializados, com fortes restrições a sua ascensão aos melhores postos de trabalho na estrutura ocupacional (Observatório Social, data indefinida).

No setor de Atividade Sociais, o que observamos é uma atividade com forte presença feminina, com elevada escolaridade e formalização do trabalho (carteira assinada), mas que ainda percebe grande diferencial de rendimento no comparativo entre homens e mulheres. Assim, podemos concluir que os atributos considerados essenciais para a ascensão no mercado de trabalho não produzem efeitos sobre a questão da diversidade de rendimento entre homens e mulheres. São mantidos patamares salariais inferiores para as mulheres em relação ao dos homens seja qual for seu nível de instrução ou ocupação. O caminho em busca da igualdade mostra-se um pouco longo, havendo vários obstáculos a vencer até que as mesmas oportunidades, condições e reconhecimentos sejam assegurados a todos, independente da questão de gênero.

CONCLUSÃO - POR QUE ESSA DIVERSIDADE?

O estudo da diversidade de rendimentos sob a perspectiva do gênero é um tema que vem sendo abordado em várias pesquisas e trabalhos, muitos dos quais foram base de referência desta monografia. Este tema sempre vem à tona nas discussões acadêmicas e não sairá de moda, podendo ser sempre considerado como atual e de certo modo polêmico. São inúmeros os trabalhos em que se discutem o tema “mulheres Vs. mercado de trabalho”, “rendimento das mulheres Vs. rendimento dos homens”, abordando todas as variáveis que se escondem por trás desse “conflito”.

Diversas análises sobre as mulheres no mercado de trabalho indicam uma tendência à conformação de nichos ocupacionais femininos, ligados, por exemplo, a educação (professoras), saúde (enfermeiras, psicólogas e terapeutas) e manutenção dos espaços domésticos (empregadas domésticas e prestadoras de serviços de limpeza). Entretanto mesmo dentro dessas áreas é possível encontrar a desigualdade entre homens e mulher, um exemplo é o setor de ensino, onde grande parte das mulheres professoras encontra-se no ensino básico e fundamental, no ensino superior ainda predomina os homens.

A análise feita através da revisão bibliografia presente no Capítulo 1 desta monografia, juntamente com as variáveis consideradas e selecionadas da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, permitiram concluir que a diversidade de rendimentos existente no setor de Atividade Sociais não é um fenômeno isolado. Muito pelo contrário, é um fenômeno já conhecido no mercado de trabalho e que vem sido arrastado ao longo dos anos.

Mesmo considerando a diversidade do setor terciário, sabe-se que a possibilidade de vinculações precária ao mercado de trabalho nessa área é maior, reduzindo as chances da inserção das mulheres em empregos com melhor qualidade. O aumento da participação feminina no setor industrial está ligado em parte ao processo de reestruturação produtiva, as terceirizações, e as mudanças dos centros industriais para o interior do país.

A causa primária e fundamental dessa diversidade de rendimentos entre homens e mulheres ainda não consegue ser explicada com convicção. Esse

fenômeno pode ser considerado como simples fato de sucessivas questões sociais e culturais que perduram no tempo e que não conseguem ser superadas pelas modernidades, melhorias e avanços que a sociedade presencia.

As leis podem estar mais igualitárias, a possibilidade de inserção ao mercado de trabalho pode estar aumentando cada vez mais e mais, o acesso ao ensino superior pode estar mais próximo dos trabalhadores, mas o que ainda se observam são disparidades nos salários entre homens e mulheres, diferentes cargos que podem ocupar e diferentes atividades em que conseguem se inserir. Isso não só em termos de Brasil, mas em termos mundiais.

Mesmo em setores onde há predomínio de mulheres ocupadas, ainda se vislumbram questões básicas que refletem em diferentes remunerações e ocupações. É o caso do setor de Atividades Sociais. Ao que pudemos observar ao longo deste trabalho de conclusão de curso, este setor de atividade vem ao longo dos anos apresentando cada vez mais mulheres ocupadas (aumento progressivo no percentual de ocupadas nesta atividade), cada vez mais inseridas no emprego formal (com carteira de trabalho assinada) e com níveis de escolaridade cada vez mais altos (nível superior de ensino completo).

Mesmo assim, o que ficou evidenciado é que seu nível de rendimento ainda continua dispare e baixo quando comparado ao dos homens presentes neste mesmo setor, mesmo que elas apresentem este perfil de mão de obra qualificada.

A conclusão podemos chegar sobre “por que dessa diversidade?” estaria presente nas questões sociais e culturais que ainda circulam pelo mercado de trabalho e que consideram as mulheres como “as margens do mercado de trabalho” dando-lhes conotações de ainda não qualificadas o suficiente, sendo ainda consideradas como voltadas ao lar e família e por isso sujeitas a trabalhos ligados à área “marginais” (as margens), como serviços, por exemplo.

Se levarmos em consideração o nível de escolaridade, idade e capacidade, evidenciamos que algumas das mulheres ocupadas superaram as “barreiras impostas” no mercado de trabalho e chegam a alcançar postos de trabalho e posições iguais ou superiores as dos homens. Porém, no setor de Atividades Sociais, elas ainda são consideradas como “mão de obra voltada para atividades

complementares e de serviços”, fato segundo que justifica a diferença de rendimento entre os homens e mulheres empregados neste setor de atividade.

Sendo assim, as diversidades de rendimentos entre homens e mulheres no setor de Atividades Sociais podem ser fruto de questões sociais, culturais e do próprio mercado de trabalho que perduram com o passar dos anos, mas que aos poucos vai sendo modificada e superada.

REFERÊNCIAS

- Baltar, P. – Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade*. O Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.
- Baltar, P., Krein, J. D., Moretto, A. – O emprego formal nos anos recentes. CESIT – *Carta Social e do Trabalho*, nº3, janeiro a abril de 2006.
- Bruschini, M. C. A. – Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos – *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez.2007.
- CUT – Central Única dos Trabalhadores do Ceará – *Mulheres são responsáveis por 40% do PIB mundial* - www.cutceara.org.br - acessado em agosto de 2008.
- European Commission – Employment, Social Affairs & Equal Opportunities – *Report on "Equality between women and men – 2008"*, janeiro de 2008 – www.ec.europa.eu - acessado em agosto de 2008.
- Folha de São Paulo – Folha online – “*Cresce inserção feminina no trabalho, mas desigualdade prevalece*”, março de 2008 - www.folha.uol.com.br - acessado em outubro de 2008.
- Garcia, L. S., Conforto, E. – “*A inserção feminina no mercado de trabalho urbano brasileiro e renda familiar*”, 2005 – www.fee.tche.br - acessado em outubro de 2008.
- Hoffmann, R., Leone, E. – Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981 – 2002, *Revista Nova Economia*, volume 14, nº2, 2004.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): www.ibge.gov.br.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Mensal do Emprego (PME) – “*Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho*” - Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003 –

2008 – IBGE, 2008 – Suplemento Mulher – www.ibge.gov.br - acessado em outubro de 2008.

Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) – “*No mundo, 40% dos trabalhadores são mulheres*”, março de 2008 – www.inesc.org.br - acessado em outubro de 2008.

Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE) – *O mercado de trabalho: Portugal na União Européia – alguns indicadores estatísticos* – artigo de 22 de março de 2000.

Leone, E. – Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. *Texto para discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, nº 81, jul. 1999.

Leone, E. - Trabalho da Mulher Adulta nas Regiões Metropolitanas do Brasil na Década de 90. Campinas: IE/CESIT. (mimeo), 2003.

Leone, E. - O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileira, In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade*. O Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003a.

Leone, E. – A mulher no atual mercado de trabalho. CESIT – *Carta Social e do Trabalho*, nº3, janeiro a abril de 2006.

Leone, E., Baltar, P. – Disparidades nos rendimentos do trabalho de homens e mulheres nas metrópoles brasileiras. In: DIEESE e CESIT (Org.). *O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico*. São Paulo, 2005.

Leone, E., Baltar, P. - Diferenças de rendimentos do trabalho de homens e mulheres com educação superior, *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, Minas Gerais, setembro de 2006.

Leone, E., Baltar, P. – Contradições das relações de trabalho sob a influência neoliberal no Brasil. *Primer Colóquio de Economía Política y Pensamiento Crítico*, Santiago do Chile, novembro de 2006a.

Leone, E., Baltar, P. – Mercado de trabalho metropolitano: gênero e diferenças de rendimentos, 1998 – 2002. IX Encontro Nacional de Estudos do Trabalho organizado pela Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, realizado em Recife em Outubro de 2005.

Observatório Social - “As mulheres no mercado de trabalho brasileiro”, Em Revista 5 – artigo sobre a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) nas grandes regiões metropolitanas – www.observatoriosocial.org.br.

OIT - Organização Internacional do Trabalho - *Tendências Mundiais do Emprego das Mulheres* - www.ilo.org - acessado em agosto de 2008.

Pereira, A. E. S., Monte, P. A. - A inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro e seus determinantes salariais: evidências para os anos 1995 E 2006 – *Fórum do Banco do Nordeste 2008* – www.bancodonordeste.com.br - acessado em agosto de 2008.

Pochmann, M. – Qualidade das ocupações no Brasil. CESIT – *Carta Social e do Trabalho*, nº3, janeiro a abril de 2006.

Posthuma, A. C., Lombardi, M. R. – *Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina*, artigo de 2001 – www.seade.gov.br - acessado em novembro de 2008.

Probst, E. R., Ramo, P. – A evolução da mulher no mercado de trabalho - *Instituto Catarinense de Pós-Graduação*, artigo de 2005 – www.icpg.com.br - acessado em agosto de 2008.

Raquel, T. – A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho, artigo de março de 2008 – www.webartigos.com - acessado em setembro de 2008.

Santos, A. L. – Recuperação do emprego formal e baixo crescimento: impactos sobre o mercado de trabalho. CESIT – *Carta Social e do Trabalho*, nº3, janeiro a abril de 2006.

Teixeira, Z. A. – As mulheres no mercado de trabalho, artigo de setembro de 2005 – www.universiaonline.br - acessado em setembro de 2008.

United Nations Development Fund for Women (UNIFEM) – *Progress of the World's women 2008/2009* – www.unifem.org – acessado em outubro de 2008.

United Nations Statistics Division - *The World's Women 2005: Progress in Statistics* – www.unstats.un.org – acessado em novembro de 2008.

ANEXOS

ANEXO I

METODOLOGIA

A fonte de dados utilizada nesta monografia foi Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2006, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados foram obtidos e manipulados através do software SPSS e o foco foi o setor de Atividades Sociais (Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social).

Foi feito um estudo da diversidade de rendimentos entre trabalhadores das Atividades Sociais para o país no seu conjunto. Posteriormente foi realizado um estudo comparativo entre Brasil e suas regiões metropolitanas, entre as quais se incluem Nordeste (Salvador, Fortaleza e Recife), Sudeste (Belo Horizonte e Rio de Janeiro), Sul (Curitiba e Rio Grande do Sul) e metrópole de São Paulo, levando em consideração a perspectiva do gênero neste setor.

Foram criadas bases de dados e especificações das variáveis que foram contempladas na análise. As variáveis que se mostraram adequadas para este estudo são descritas a seguir:

- Sexo: homem e mulher;
- Setores de atividade: Indústria, Indústria de Transformação, Construção, Comércio e Reparação, Alojamento e Alimentação, Transporte, Armazenagem e Comunicação, Administração Pública, Atividades Sociais, Serviços Domésticos, Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais e Outras Atividades. As Atividades Sociais serão desagregadas em Educação, Saúde e Serviços Sociais (inclui Assistência e Previdência Social);
- Posição na Ocupação: Empregados com Carteira, Empregados sem carteira, Conta Própria e Empregadores;
- Faixa etária: de 15 a 20 anos, de 20 a 25 anos, de 25 a 55 anos e mais de 55 anos;
- Níveis de escolaridade: Fundamental incompleto, Fundamental completo e médio incompleto, Médio completo e superior incompleto, Superior completo;

- Rendimento na Ocupação Principal (classes a serem definidas);
- Jornada de Trabalho (considera-se jornada de 44 horas semanais);

Para que não haja problema na comparação de rendimentos entre os trabalhadores devido as diferentes jornadas de trabalho, foi criada uma nova variável de rendimentos em salários mínimos hora calculada da seguinte forma:

$$\left[\frac{\text{rendimento}}{4,28 * \text{jornada}} \right] \div \left[\frac{x}{4,28 * 44} \right]$$

Sendo:

- Rendimento a renda mensal do trabalho principal de cada trabalhador ocupado,
- 4,28 o número de semanas em um mês (30 dias dividido por sete dias),
- Jornada são as horas trabalhadas por semana pelo trabalhador ocupado,
- X é o salário mínimo de 2005 e 44 horas a jornada máxima de trabalho regulamentada.

ANEXO II

NOTAS SOBRE A PNAD

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral, até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971 os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000. Na década de 1970, os principais temas investigados na PNAD, além de aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, foram migração e fecundidade. Em 1974/1975, foi levada a efeito uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, que, além dos temas anteriores, investigou consumo alimentar e orçamentos familiares. Durante a realização do ENDEF o levantamento básico da PNAD foi interrompido.

As pesquisas realizadas na década de 1980 mantiveram inalteradas as características do levantamento básico, visando, com isso, a gerar uma série histórica de resultados. Ademais, a pesquisa básica incorporou a investigação da cor das pessoas, a partir de 1987, e a existência de rádio e televisão nos domicílios particulares permanentes, a partir de 1988. Por meio de pesquisas suplementares foram investigados os seguintes temas: saúde em 1981; educação em 1982; mão-de-obra e previdência em 1983; fecundidade feminina em 1984; situação do menor em 1985; anticoncepção, acesso a serviços de saúde, suplementação alimentar e associativismo em 1986; participação político-social e estoque de aparelhos utilizadores de energia em 1988; e trabalho em 1989 e 1990.

A pesquisa da PNAD 1992, além de aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, agregou os temas suplementares: migração, fecundidade e nupcialidade. Esta mesma abrangência foi mantida em 1993 e 1995. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD. Em 1996, para possibilitar a inclusão do tema suplementar mobilidade social, foram retirados dois tópicos (trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade e ensino supletivo) e um tema (nupcialidade) suplementares da pesquisa. Em 1997, além dos tópicos e do tema excluídos em 1996, foi retirado o tema mobilidade social. Em 1998, além do que foi pesquisado em 1997, foram incluídos o tema suplementar saúde e o tópico trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade. Em 1999, foi excluído o tema saúde e mantidos os demais aspectos pesquisados em 1998. Em 2001, em

relação aos aspectos pesquisados em 1999, foi ampliado o conteúdo do tema domicílio e retirado o tópico trabalho das crianças de cinco a nove anos de idade, uma vez que foi incluída a pesquisa suplementar sobre trabalho das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade. Em 2002, foram retirados os temas e aspectos agregados para a investigação da pesquisa suplementar sobre o trabalho infantil. Em 2003, além do que foi pesquisado em 2002, foram investigados o tema saúde e, para o contingente de 5 a 17 anos de idade, o tópico participação em programas sociais voltados para a educação. Em 2004, as modificações em relação ao que foi pesquisado em 2003 foram: a exclusão de três das quatro características de domicílios introduzidas em 2002, à retirada do tema saúde e do tópico participação em programas sociais voltados para educação e a inclusão do tópico complementar de educação e de acesso à merenda escolar, para o contingente de menos de 18 anos de idade, e dos temas segurança alimentar e acesso a algumas transferências de renda de programas sociais.

A partir da PNAD 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente. O instrumento de coleta das informações da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados comparáveis com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

A abrangência geográfica da PNAD vem se ampliando gradativamente. Iniciada em 1967, na área que hoje compreende o Estado do Rio de Janeiro, ao final da década de 1960 a PNAD já abrangia as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e o Distrito Federal. Reiniciada em 1971, nas áreas que abrangem o atual Estado do Rio de Janeiro, o Estado de São Paulo e a Região Sul, em 1973, já cobria as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o Distrito Federal e a área urbana da Região Norte e das demais Unidades da Federação da Região Centro-Oeste. Esta cobertura foi mantida até 1979. Em 1981, a abrangência geográfica da PNAD foi mais uma vez ampliada, passando a excluir somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Para as pesquisas da década de 1990 e para as de 2001, 2002 e 2003, essa abrangência geográfica foi mantida, ou seja, a PNAD continuou a cobrir todo o

País, com exceção da área rural dessas seis Unidades da Federação. Em 2004, a PNAD foi implantada na área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e alcançou a cobertura completa do Território Nacional.

Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e do Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, estas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Conseqüentemente, para os levantamentos da PNAD, realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada às da Região Centro-Oeste.

No período de 1992 a 2003, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa Grande Região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas. Entretanto, os resultados referentes ao Estado do Tocantins retrataram a sua totalidade, uma vez que agregam as informações das áreas urbana e rural. Ademais, as estatísticas apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Em 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

A comparação dos resultados da PNAD a partir de 2001 com os das décadas anteriores deve levar em conta que a classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos. Portanto, ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 1991 foi mantida para as pesquisas da PNAD realizadas de 1992 a 1999 e, também, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2000 permaneceu para as pesquisas da PNAD desta década. Conseqüentemente, as estatísticas por situação urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as

diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio.

Na PNAD 2006, foram pesquisadas 399 964 pessoas e 147 851 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

Grupamentos e divisões de atividade

Agrícola

- Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades
- Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades
- Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades

Indústria

- Indústria de transformação
- Fabricação de produtos alimentícios e bebidas
- Fabricação de produtos do fumo
- Fabricação de produtos têxteis
- Confecção de artigos do vestuário e acessórios
- Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados
- Fabricação de produtos de madeira
- Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
- Edição, impressão e reprodução de gravações
- Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool
- Fabricação de produtos químicos
- Fabricação de produtos de borracha e plástico
- Fabricação de produtos de minerais não-metálicos
- Metalurgia básica
- Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos
- Fabricação de máquinas e equipamentos

- Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática
- Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos
- Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações
- Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios
- Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias
- Fabricação de outros equipamentos de transporte
- Fabricação de móveis e indústrias diversas
- Reciclagem

Outras atividades industriais

- Extração de carvão mineral
- Extração de petróleo e serviços correlatos
- Extração de minerais radioativos
- Extração de minerais metálicos
- Extração de minerais não-metálicos
- Eletricidade, gás e água quente
- Captação, tratamento e distribuição de água

Construção

- Construção

Comércio e reparação

- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis
- Intermediários do comércio, comércio e reparação de objetos pessoais e domésticos

Alojamento e alimentação

- Alojamento e alimentação

Transporte, armazenagem e comunicação

- Transporte terrestre
- Transporte aquaviário
- Transporte aéreo
- Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem
- Correios e telecomunicações

Administração pública

- Administração pública, defesa e seguridade social

Educação, saúde e serviços sociais

- Educação
- Saúde e serviços sociais

Outros serviços coletivos, sociais e pessoais

- Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas
- Atividades associativas
- Atividades recreativas, culturais e desportivas
- Serviços pessoais

Serviços domésticos

- Serviços domésticos

Outras atividades

- Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada
- Seguros e previdência privada
- Atividades auxiliares da intermediação financeira
- Atividades imobiliárias
- Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos
- Atividades de informática e conexas
- Pesquisa e desenvolvimento
- Serviços prestados principalmente às empresas
- Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Atividades mal definidas ou não-declaradas

- Atividades mal definidas ou não-declaradas

ANEXO III

CONCEITOS E DEFINIÇÕES DA PNAD

Os conceitos e definições relacionados abaixo referem-se às variáveis da PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS-PNAD - que foram utilizadas no presente trabalho. As informações referentes à precisão da amostra bem como suas estimativas encontram-se descritas nas publicações anuais da PNAD.

Situação do domicílio

A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico 1991. Como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

Características Gerais

Idade

A investigação da idade foi feita através da pesquisa do dia, mês e ano de nascimento da pessoa ou da idade presumida da pessoa que não soubesse a data de nascimento. A idade foi calculada em relação à data de referência. As pessoas que não declararam a data de nascimento nem a idade presumida foram reunidas no grupo "idade ignorada".

Características de Instrução

Anos de Estudo

A classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do grau que a pessoa estava freqüentando ou havia freqüentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a um ano de estudo. A contagem dos anos de estudo teve início em um ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de primeiro grau ou elementar; em cinco anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em nove anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de segundo grau ou de médio segundo ciclo; e em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior. As pessoas que não declararam a série e o grau ou com informações incompletas ou que não permitissem a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo não determinados ou sem declaração.

Características de Trabalho e Rendimento

Trabalho

Considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- a) Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e serviços.
- b) Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico.
- c) Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana:
 - . Em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador;
 - . Em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou
 - . Como aprendiz ou estagiário.

d) Ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana:

- . Na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou
- . Na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Portanto, no conceito de trabalho caracterizam-se as condições de:

- . Trabalho remunerado (itens a e b);
- . Trabalho não-remunerado (item c); e
- . Trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso (item d).

Procura de Trabalho

Definiu-se como procura de trabalho a tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho, ou seja, o contato estabelecido com empregadores; a prestação de concurso; a inscrição em concurso; a consulta à agência de emprego, sindicato ou órgão similar; a resposta a anúncio de emprego; a solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou através de anúncio; a tomada de medida para iniciar negócio; etc.

Condição de Ocupação

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.

Pessoas Ocupadas

Foram classificadas como ocupadas na semana de referência às pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas às pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve, etc.

Pessoas Desocupadas

Foram classificadas como desocupadas as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procurar trabalho na semana de referência.

Condição de Atividade

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de atividade na semana de referência, em economicamente ativas e não-economicamente ativas.

Pessoas Economicamente Ativas

As pessoas economicamente ativas, na semana de referência, compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período. Pessoas não-economicamente ativas. Foram definidas como não-economicamente ativas, na semana de referência, as pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem desocupadas nesse período.

Número de Trabalhos

Pesquisou-se o número de trabalhos, ou seja, em quantos empreendimentos a pessoa teve trabalho na semana de referência. Definiu-se como empreendimento à empresa, a instituição, a entidade, a firma, o negócio, etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados, sócios, ou trabalhadores não-remunerados). O trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso somente foi contado para a pessoa que não houvesse tido qualquer outro trabalho remunerado ou sem remuneração, na semana de referência.

Trabalho Principal da Semana de Referência

Considerou-se como trabalho principal da semana de referência o único trabalho que a pessoa teve nesse período. Para a pessoa que teve mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na

semana de referência, adotaram-se os seguintes critérios, obedecendo à ordem enumerada, para definir o principal desse período:

1º) O trabalho da semana de referência, no qual teve maior tempo de permanência, no período de referência de 365 dias, foi considerado como principal;

2º) Em caso de igualdade no tempo de permanência, no período de referência de 365 dias, considerou-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais. Este mesmo critério foi adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, teve somente trabalhos não-remunerados e que apresentaram o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; e

3º) Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considerou-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporcionava maior rendimento.

Atividade

A classificação da atividade do empreendimento foi obtida através da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida. A composição dos ramos de atividade apresentada nas tabelas encontra-se no Anexo 1.

- **Posição na ocupação** - Foram definidas oito categorias de posição na ocupação:
- **Empregado** - Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Nesta categoria incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos;

- **Trabalhador Doméstico** - Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;
- **Conta-própria** - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado;
- **Empregador** - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;
- **Trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar** - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar, que era empregado na produção de bens primários ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador;
- **Outro trabalhador não-remunerado** - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;
- **Trabalhador na produção para o próprio consumo** - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo, que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; e
- **Trabalhador na construção para o próprio uso** - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Para efeito de divulgação, em todas as tabelas que apresentam a classificação por posição na ocupação, as categorias trabalhador não-

remunerado, membro da unidade domiciliar, e outro trabalhador não-remunerado foram reunidas em uma única, que recebeu a denominação de não-remunerado.

Categoria do emprego

Os empregados, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; e outros. A categoria dos militares e funcionários públicos estatutários foi constituída pelos militares do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas que estavam prestando o serviço militar obrigatório, e pelos empregados regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos (federais, estaduais e municipais ou de autarquias). Os trabalhadores domésticos, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada.

Contribuição para Instituto de Previdência

Foi pesquisado se as pessoas contribuíam para instituto de previdência federal, estadual ou municipal no trabalho principal, no secundário e em pelo menos um dos demais trabalhos que tinham na semana de referência.

Rendimento Mensal de Trabalho

Considerou-se como rendimento mensal de trabalho:

- a) Para os empregados - A remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de setembro de 1997; e
- b) Para os empregadores e conta-própria - A retirada mensal ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de setembro de 1997.

Pesquisou-se o valor do rendimento em dinheiro e em produtos ou mercadorias, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência, não sendo investigado o valor da produção para consumo próprio.

Benefícios em espécie

Os empregados e trabalhadores domésticos que recebiam apenas alimentação, roupas, medicamentos, etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho, foram incluídos no grupo "sem rendimento".

Rendimento Mensal

A soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes constituiu o rendimento mensal apresentado para as pessoas de 10 anos ou mais de idade e para as economicamente ativas. O rendimento mensal apresentado para as pessoas não-economicamente ativas foi o oriundo de outras fontes.